

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JOICE SILVA FRANCO

FLUXOS DE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS E SEUS IMPACTOS
SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL

Um estudo de caso do Brasil no século XXI

Uberlândia

2019

JOICE SILVA FRANCO

**FLUXOS DE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS E SEUS IMPACTOS
SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL**

Um estudo de caso do Brasil no século XXI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Economia e Relações
Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia como requisito para obtenção do
título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Profº Dr. Niemeyer Almeida Filho.

Uberlândia

2019

RESUMO

Este trabalho busca analisar os impactos que os fluxos de Investimentos Estrangeiros Diretos tiveram sobre a estrutura produtiva brasileira, sobretudo a partir da década de 90, e seus reflexos no aumento da desigualdade social verificada no país. Impactos esses que foram analisados principalmente pela ótica estrutural, de modo a evidenciar como ao se direcionarem para o Brasil, esses fluxos incorreram na desnacionalização da economia brasileira, além de reforçar a desigualdade e concentração de renda por meio da desindustrialização do país e pela deterioração da criação de novos postos de trabalho. Deterioração essa, decorrente do privilégio atribuído pelos fluxos a setores específicos da economia, como o de Serviços. Na esfera econômica-produtiva, observa-se que os Investimentos Estrangeiros foram substancialmente responsáveis pela desnacionalização da economia brasileira, e para além, na esfera social acaba por reforçar condições já postas, dada a inserção internacional dependente do país. Por meio da abordagem estruturalista da CEPAL, esses fluxos acabam por apresentar um comportamento reforçador da estrutura produtiva vigente no país ao se direcionar para setores já concentrados. Correlatas também a exploração do trabalhador, por vias principalmente da redução de direitos trabalhistas como também pelas escassas oportunidades de trabalho. Isto posto, tem-se por resultado, que por possuírem uma dinâmica própria, os fluxos de Investimento Estrangeiro Direto se direcionam para economias e setores e ramos produtivos estratégicos para as grandes corporações buscando satisfazer seus próprios interesses. Consequentemente, dado esse comportamento interessado, os investimentos dirigem-se a setores primários, primários processados e de serviços, os quais não fomentam a produção nacional de maior impacto sobre os empregos, tampouco de maiores salários. Evidenciando, desse modo, como esses fluxos reforçam os moldes da economia vigente, não cumprindo com qualquer função de transformação social.

Palavras-chave: Investimentos Estrangeiros Diretos. Globalização. Concentração de renda. Desigualdade social. Setor de Serviços.

ABSTRACT

This paper seeks to analyze the impacts that Foreign Direct Investment flows had on the Brazilian productive structure, especially since the 1990s, and its effects on the increase of social inequality in the country. These impacts were analyzed mainly from the structural point of view, in order to show how, when directed towards Brazil, these flows incurred the denationalization of the Brazilian economy, in addition to reinforcing inequality and income concentration through the deindustrialization of the country and the deterioration of the economy. creation of new quality jobs. This deterioration, due to the privilege attributed by the flows to specific sectors of the economy, such as Services. In the economic-productive sphere, it is observed that Foreign Investments were substantially responsible for the denationalization of the Brazilian economy, and furthermore, in the social sphere, it reinforces conditions already set, given the international insertion dependent on the country. Through CEPAL's structuralist approach, these flows end up reinforcing the country's productive structure by moving to already concentrated sectors. It also correlates the exploitation of the worker, mainly through the reduction of labor rights as well as the scarce job opportunities. Thus, the result is that, as having their own dynamics, Foreign Direct Investment flows are directed to economies and sectors and strategic productive branches for large corporations seeking to satisfy their own interests. Consequently, given this interested behavior, investments are directed to primary, primary processed and service sectors, which do not foster national production with the greatest impact on jobs or higher wages. Thus showing how these flows reinforce the molds of the current economy, not fulfilling any function of social transformation.

Keywords: Foreign Direct Investments. Globalization Income concentration. Social inequality. Service sector.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Ingresso de Investimentos Diretos no País – distribuição por setor.....	31
Gráfico 2: Emprego por Setor Brasil	36
Gráfico 3: Salário Médio das atividades econômicas. Trabalhadores com Ensino Médio Completo – 2018. (R\$ Mensal)	36
Gráfico 4: Salário Médio das atividades econômicas. Trabalhadores com Ensino Superior Completo – 2018 (R\$ Mensal)	37
Gráfico 5 - Regressos de investimentos diretos no país – Participação no capital.....	38
Gráfico 6: Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência (em %) - Brasil	51
Gráfico 7: Ocupação por tipo de vínculo - Taxa de variação interanual (Em %)	52
Gráfico 8 - Índice de GINI: Desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: PNADC - População ocupada por setores	53
Tabela 2: Ocupação por setor de atividade e posição na ocupação - PNADC 4º trimestre de 2018.....	53
Tabela 3: Renda mensal domiciliar - por faixa de renda.	54
Tabela 4: Proporção de domicílios por faixa de renda proveniente do trabalho	54

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 A DINÂMICA DOS FLUXOS DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO.....	12
1.1 A discussão acerca da importância da atração dos IED.....	12
1.2. A tendência mundial dos fluxos de IED e seu direcionamento para a America Latina. ...	14
1.3. Perspectivas e determinantes dos IED por Chesnais e Hymer.	20
1.3.1 Stephen Hymer: o Investimento Estrangeiro Direto enquanto instrumento de internacionalização das empresas.....	21
1.3.2 François Chesnais: a mundialização do capital e os Investimentos Estrangeiros Diretos	24
CAPÍTULO 2 O CASO BRASILEIRO: AS CONSEQUENCIAS DA INSERÇÃO DOS FLUXOS DE IED NO BRASIL	26
2.1 Impacto do IED sobre o emprego.	26
2.2. Fatores estruturais responsáveis pela atração e retração do capital estrangeiro voltados ao Brasil.....	37
2.3 A desnacionalização da economia no Brasil: implicações da atração de capital estrangeiro.	41
CAPÍTULO 3 - DESCOMPASSO ENTRE OS FLUXOS DE IED E A MITIGAÇÃO DA DESIGUALDADE	46
3.1 Alguns dos determinantes da desigualdade no Brasil	46
3.2. Características do atual mercado de trabalho brasileiro - PNAD Contínua 2012-2019....	49
CONCLUSÃO.....	56
REFERENCIAS	59

INTRODUÇÃO

Uma das principais características da globalização é o aumento mundial dos fluxos de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) os quais a partir do processo de financeirização dos anos 70, tornaram-se expressivos tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento. No início do século XXI, verificou-se que os fluxos de IED mundial atingiram a marca de US\$1,271 trilhão, o que expressou um montante quase sete vezes maior do que o verificado na década de 90. Nesse cenário, foi recorrente a ideia de que deveria se evitar o empréstimo bancário e que se passasse a ansiar o Investimento Estrangeiro Direto, bem como o de portfólio privado, uma vez que esses se apresentavam mais vantajosos do que aquele, pois não requeriam compromissos fixos de remuneração, como exemplo os altos juros. (LACERDA, 2004)

Ainda que o foco maior dos capitais estrangeiros, por vezes, estivessem voltados aos países desenvolvidos, os países em desenvolvimento passaram a se tornar “alvo” desses investimentos, uma vez que, sinalizavam novos mercados a serem explorados pelas empresas transacionais, culminando em um redirecionamento desses fluxos, agora, para fora dos grandes centros mundiais. Em uma análise mais direcionada, na região da América Latina, percebeu-se que os principais receptores dos IED tiveram um comportamento semelhante de concentração, ao buscar os países mais desenvolvidos na região. Desse modo, os países com maior ingresso desse capital na América do Sul foram: Brasil e Argentina e na América Central, o México. (LACERDA, 2004)

Estando as econômicas mundiais cada vez mais interligadas, há um maior crescimento dos fluxos econômicos internacionais do que aqueles que ocorrem em nível nacional: o comércio internacional cresce mais rápido do que os PIBs. Assim sendo, é de suma importância a discussão sobre os impactos da vinda de Investimentos Estrangeiros aos países em desenvolvimento, uma vez que são expressivamente ansiados pelos mesmos, mas que, no entanto, acabam por se voltarem mais para questões financeiras como o fechamento do balanço de pagamentos do que para questões sociais. Desse modo, este trabalho se justifica, e para além, pretende alcançar uma temática ainda pouco abordada, que é o cruzamento das dimensões dos fluxos de Investimentos Estrangeiros Diretos e sua relação com a desigualdade social.

Dessa forma, a problemática a ser analisada vai ao encontro dos impactos possíveis dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) frente a condição desigual verificada nos países

latino-americanos e em especial no Brasil. A hipótese ao problema posto é de que, uma vez que esses investimentos têm baixo efeito relativo na geração de empregos de qualidade e ampliação dos salários médios nas economias nacionais, podem ser caracterizados como reforçadores da desigualdade social estrutural dessas economias. Para além, o se direcionarem para setores já concentrados, os fluxos de IED não proporcionam uma mudança estrutural da produção brasileira, reforçando a inserção desigual do país no comércio internacional.

Entende-se que os IED tendo uma dinâmica própria, se orientará para aquelas economias, setores e ramos produtivos que são estratégicos para as grandes corporações, sendo elas caracterizadas nas diferentes bibliografias trabalhadas como: Empresas Estrangeiras (ET's), Empresas Multinacionais (EM's) e Corporações Transnacionais (CT's). Conforme indicam os relatórios anuais da CEPAL, os fluxos de IED para a América Latina têm características semelhantes. A maior parte desses investimentos dirigem-se para os setores primários, primários processados e de serviços, os quais são caracterizados por possuírem baixo conteúdo tecnológico, e/ou que exigem pouca qualificação de seus prestadores de serviços. Tais investimentos não fomentam a produção nacional de maior impacto sobre os empregos, tampouco de maiores salários. Desse modo, entendendo-se que a desigualdade social nos países latino-americanos em parte sustenta-se e se reproduz nos diferentes setores e ramos da economia que são privilegiados pelos IED no eixo das relações comerciais e de capitais sentido Norte-Sul.

Isto posto, a pesquisa divide-se em três capítulos distintos e complementares. O primeiro capítulo volta-se para o entendimento dos determinantes e características da dinâmica dos fluxos de Investimento Estrangeiro Direto, tanto mundiais, como aqueles que se direcionam para a América Latina e para o Brasil. O segundo capítulo, se dedica especificamente ao caso brasileiro. Desse modo, a análise vai ao encontro da abordagem sobre globalização e de como o processo de internacionalização da produção e o aumento dos fluxos de capital foram responsáveis pela desnacionalização da economia brasileira.. Para além, dada a estrutura produtiva do Brasil que é reforçada pelos fluxos de IED ao se direcionarem para setores já concentrados passam a reforçar a tendência da produção brasileira em ser cada vez mais especializada e dependente.

Já na terceira e última seção, será analisado através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), as características do mercado de trabalho brasileiro e sua correlação com a concentração e desigualdade de renda verificada no Brasil. Desse modo, os três capítulos tratam de temáticas distintas mas, correspondentes, vez que se direcionam para

o entendimento de como o mercado de trabalho pode ser responsável pelo reforço da desigualdade e concentração de renda entre as camadas sociais, e como ao privilegiar determinados setores de atividade os fluxos de IED reforçam ainda mais essa tendência.

CAPÍTULO 1 A DINÂMICA DOS FLUXOS DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO.

1.1 A discussão acerca da importância da atração dos IED

Este capítulo pretende discorrer sobre a importância atribuída à atração dos IED para as economias em desenvolvimento sobretudo à economia latino-americana. Importância essa voltada principalmente para o fechamento do saldo da balança de pagamentos e fomento do desenvolvimento dessas economias. Importante salientar, que as bibliografias analisadas, apresentam que os impactos possíveis dos IED sobre as economias dependem sobretudo das características que essas economias receptoras possuem, e de acordo com o tipo de investimento que se destina a elas. Como aponta o documento informativo da CEPAL, 2014, aqueles investimentos voltados para setores intensivos em tecnologia, por exemplo, contribuem mais com as economias receptoras pois compartilham maior conhecimento e capacidades, do que aqueles voltados para serviços ou exploração de recursos naturais.

Para o Brasil no entanto, cada vez mais observa-se a baixa proporção de IED voltados para esses setores, caminhando para um tendencial comportamento exploratório ao insidir apenas sobre setores que atendam os anseios das grandes corporações. Em diferentes âmbitos da tomada de decisão, é compartilhada o senso comum de que os IED seriam um meio pelo qual as economias receptoras poderiam se desenvolver e se modernizar, além de serem uma fonte ideal para a criação de novos postos de trabalho. Desse modo, a atração dos IED seriam caracterizados como um instrumento essencial para o progresso das economias em desenvolvimento.

Segundo a OCDE, 2011, os Investimentos Estrangeiros Diretos seriam responsáveis por solidificar vínculos econômicos entre os países, tornando essas relações mais estáveis e duradouras de modo a atrair cada vez mais o investimento estrangeiro, além de permitir acesso as unidades produtivas, passando o investidor estrangeiro a ter acesso direto as economias receptoras desses investimentos. Evidencia-se que com as políticas econômicas adequadas, os IED poderiam vir a fomentar o desenvolvimento dos países receptores de modo a desenvolver

as empresas nacionais e promover o acesso ao comércio internacional por meio de acesso aos novos mercados e compartilhamento de tecnologias e experiências (*know how*).

Um dos impactos relevantes, diz respeito a importância dos IED para as contas econômicas do país sobretudo para a Balança de Pagamentos. Os IED passam a se constituir como uma categoria de “financiamento trans-fronteiriços de empresas”. Ao a Balança de pagamentos apresentar déficits nas operações da conta corrente, busca-se compensar as perdas pela conta financeira, sobretudo através da atração de IED. Concomitante a esse processo de atração para satisfação do fechamento das contas do país, as empresas sobre as quais o capital estrangeiro incide podem ser afetadas de duas maneiras: através da influência ou da posse da propriedade, dependendo do poder de voto que o investidor passa a ter dentro da empresa (OCDE, 2011).

O IED, desse modo, é realizado por entidades residentes em uma economia estrangeira, com o objetivo de se estabelecer vínculos de longo prazo em uma empresa estabelecida em uma economia diferente da sua. O investidor direto tem como principal motivação exercer influência significativa ou assumir o controle na gestão da empresa a qual se direciona seu capital. Além dos investimentos diretos às empresas, os investidores atuam também por meio de investimento em carteira. Neste caso o investidor tem como foco principal a obtenção de lucro por meio da compra e venda de ações e demais valores mobiliários, não tendo por objetivo assumir posições ativa nas tomadas de decisões da empresa (OCDE, 2011).

Os efeitos positivos ansiados pelos IED que corroborariam para o desenvolvimento das economias receptoras são apontados como “não-automáticos” de modo que seria necessário políticas que fizessem com que os investimentos se orientassem de maneira mais estratégicas e de modo a evitar o resultado unilateral que atribuiria a economia receptora somente um mercado a ser explorado. Evidencia-se, desse modo, que nem sempre a incidência dos fluxos de IED em um país representam a formação de capital fixo. Assim sendo, os efeitos positivos para serem garantidos deveriam ser assegurados pelas políticas de desenvolvimento de cada país e/ou empresa, objetivando uma maior transferência tecnológica e desenvolvimento de habilidades, bem como também aumentar a exposição dessas empresas ao cenário internacional, fomentando sua inserção no comércio mundial (CEPAL, 2016).

Ao atrair os fluxos de IED para a economia, o país receptor passa a ganhar maior destaque internacional, pois, agrega a si uma visibilidade maior no comércio internacional. Altos fluxos de IED podem medir o nível de globalização de uma economia, e perspectivas de negócios duradouros com a mesma. Também permite a comparação entre a importância dos

países quanto as transações financeiras, de renda, e a prosperidade dessa economia. Agregando essas atribuições, o país passa a ser visto cada vez mais como “globalizado” e apresentar um cenário otimista para futuros investimentos, gerando um ciclo de prosperidade (OCDE, 2011). No entanto, a recíproca também é verdadeira, a medida que o país deixa de apresentar volumosos montantes, seja por retração das economias desenvolvidas, seja pelas expectativas geradas pelos países receptores, os demais investidores passam a ter maior cautela ao se voltarem para este país, gerando uma onda de desinvestimento, demonstrando o caráter volátil e por vezes especulador dos investimentos estrangeiros, sejam eles diretos ou em carteira.

Esta seção elucidou os principais argumentos apresentados quanto as vantagens da atração do capital estrangeiro. Esta monográfica não questiona as proposições elucidadas anteriormente, mas busca evidenciar como para além dos benefícios observados da entrada de capital estrangeiro, os mesmos também possuem efeitos colaterais significantes sobre a esfera social. O direcionamento dos investimentos em setores estratégicos para as economias desenvolvidas acaba por reforçar o privilégio de setores já concentrados, acentuando a desigualdade social e a concentração de renda em decorrência da não geração de empregos de qualidade verificadas nesse setores. Desse modo, nas seções seguinte, serão exploradas características importantes do comportamento desses fluxos, que irá possibilitar na análise final a correlação do impacto por vezes neutro e por vezes negativo dos IED na esfera social.

1.2. A tendência mundial dos fluxos de IED e seu direcionamento para a América Latina.

Esta seção tem por objetivo analisar o comportamento dos fluxos de IED, e como esses fluxos seguem uma orientação direcionada para setores estratégicos das economias desenvolvidas para as em desenvolvimento. A tendência observada é de que, os países desenvolvidos ao se relacionarem entre si buscam por mercados de alta tecnologia, enquanto ao se direcionarem para países em desenvolvimento aqueles buscam por setores estratégicos a fim de buscar satisfação às necessidades que emergem em seu processo de manutenção e expansão de seu poder e influência mundial. Já quando os países em desenvolvimento se relacionam, buscam por uma alternativa a sua condição de inserção desigual no cenário internacional, buscando através dos IED, investir nas economias próximas a fim de fomentar o intercâmbio regional e superar suas debilidades internas.

A partir dos anos 70, o controle sobre os movimentos de capitais internacionais vão se deteriorando, levando a um aumento exponencial dos fluxos de capitais entre as mais importantes economias mundiais. Cada vez mais a tendência observada é a de que os Investimentos Estrangeiros Diretos e os Investimento em Portfolio assumam uma importância cada vez mais relevante frente as tradicionais fontes de empréstimos, como exemplo os bancários e os oriundos do setor público, evidenciando a nova era da “globalização das finanças” na qual o capital privado adquire expressiva relevância. Na década de 80, os IED tornam-se substanciais nas economias desenvolvidas, apresentando além de um grande dinamismo, uma tendência de expansão da instalação de novas plantas em uma distribuição geográfica mais abrangente (ACIOLY, 2006).

Desse modo, a nova reorientação se direciona à inserção internacional em novas economias, principalmente na indústria de manufaturas. Por conseguinte, na década de 80 observou-se um aumento expressivo das operações de fusões e aquisições (F&A) trans-fronteiriças, concentrando-se sobretudo nas economias desenvolvidas. Essas operações tiveram concentração nos Estados Unidos, União Europeia e Japão (tríade), sendo lideradas nessa década por este último. Para essas economias a tendência que se observa tanto nos anos 80 como nos anos 90 é a de que na medida em que o fluxo de IED aumenta, os processos de fusões e aquisições tendem também a aumentar, evidenciando uma relação estreita entre essas variáveis (ACIOLY, 2006).

A preferência pelo setor de serviços, na década de 80 foi substancial, evidenciando mudanças na composição setorial significativas em detrimento da preferência observada na década de 50 que privilegiava o setor de recursos naturais (produtos primários). Desse modo, o setor de serviços tornou-se o principal destino dos IED, “[...] de modo que do estoque mundial de IDE, na década de 1970, o setor de serviços respondia por apenas um quarto; em 1988, por 44%; em 1990, por 50%; em 2002, por 60%.” (ACIOLY, 2006, p.16). Principalmente a partir de 1995, o setor secundário é ultrapassado pelo terciário, devido principalmente aos subsectores de finanças e os serviços voltados para os negócios, transporte, comunicação e armazenagem.

Quanto a distribuição geográfica, observa-se que os fluxos globais pós-1985 tenderam à concentração espacial, uma vez que foram conduzidos quase com exclusividade pelos países desenvolvidos. Na década de 80 “[...] os países desenvolvidos absorveram, em média, 78% dos investimentos mundiais contra 22% dos países em desenvolvimento [...] Em termos de investimentos realizados, a participação dos países desenvolvidos foi expressiva: situou-se na casa dos 97%, em média.” (ACIOLY, 2006, p.14). As economias em desenvolvimento as quais

se direcionavam os investimentos ainda pouco expressivos, se voltavam tanto para Ásia como para a América Latina. Nessas regiões o setor privilegiado por esses fluxos foram os setores de serviços, o qual ao longo das décadas vai, cada vez mais, ganhando importância (ACIOLY, 2006).

Os países em desenvolvimento apesar de já receberem investimentos da tríade, tiveram sua presença nos fluxos globais pouco expressivas até a década 90, tornando numericamente relevantes a partir de 1991. Em contrapartida, nos anos de 1991-1992 os fluxos globais de IED caíram devido a recessão do período. Mas a reversão dessa tendência já pode ser observada na metade da década de 90, mas apresentando mudanças relevantes, como exemplo a liderança dos EUA nos fluxos de IED e uma participação mais relevante dos países em desenvolvimento. Nos anos 2000, houve novamente uma retração dos fluxos globais de IED devido ao lento crescimento global das economias desenvolvidas. Nesse período, devido a retração das economias avançadas, as economias em desenvolvimento ganham maior protagonismo. Ao analisar as tendências de expansão e retração dos fluxos globais de IED, percebe-se que há uma natureza pró-cíclica dos IED, uma vez que houve redução desses investimentos nos períodos de recessão mundial (1981-1983, 1991-1993 e 2001-2003) (ACIOLY, 2006).

Observa-se também que os movimentos de maior dinamismo, são identificados coincidentemente aos períodos de reestruturação industrial, nos quais pôde se observar o crescimento das economias industriais desenvolvidas e da ascensão de algumas economias em desenvolvimento. Para além da concentração dos fluxos de investimentos nas economias desenvolvidas, observa-se que houve concentração também quanto às Corporações Transnacionais (CTs) as principais “*global players*”. Mesmo sendo 60 mil CTs atuando no mundo, 98% estão sediadas nas economias avançadas. Comparativamente, é necessário observar que há diferenças importantes quanto às inserções dos fluxos globais de IED nos países em desenvolvimento, de modo que os fluxos não se direcionam de maneira homogênea para as regiões e países contemplados. Na América do Sul, os fluxos de investimentos e as corporações transnacionais foram atraídos principalmente pela desregulamentação dos setores além das otimistas perspectivas frente ao crescimento do mercado interno, sobretudo nos anos 90 (ACIOLY, 2006).

Nos últimos 20 anos, os IED orientados pelas relações Sul-Sul aumentaram exponencialmente. As chamadas empresas “translatinas” veem no processo de internacionalização uma estratégia para se manterem motivadas “[...] pela necessidade de acesso a recursos estratégicos que lhes permitam superar os obstáculos iniciais derivados de

brechas tecnológicas e da falta de experiência devido a sua tardia inserção nos mercados internacionais.” (CEPAL, 2014, p.7). Desse modo, as empresas dos países em desenvolvimento se utilizam da internacionalização para fortalecerem suas vantagens competitivas e acumular recursos.

Neste contexto, podem-se identificar ao menos dois grandes grupos de fatores que explicam este processo. Por um lado, estão os fatores de impulsão, que são os determinantes específicos do país de origem, que levam a substituir o investimento doméstico por investimento no exterior. Entre eles se destacam o tamanho, a saturação e o nível de competição no mercado interno, a estrutura produtiva, a incorporação de tecnologia, os custos de produção, a dotação de recursos naturais e a existência de um mercado de capitais pouco desenvolvido. Por outro lado, estão os fatores de atração, que são os determinantes presentes nos países receptores que operam atraindo o IED. Entre eles se destacam o clima e o risco para o investimento, o sistema jurídico e tributário, o desempenho econômico, a dotação de recursos naturais e a participação do país receptor em tratados de livre comércio e outros acordos internacionais. (CEPAL, 2014, p.7)

Desse modo, observa-se que a América Latina possuiu dentro desse movimento um crescente número de empresas que começaram a investir fora de suas economias domésticas. As principais empresas investidoras advinham principalmente da Argentina, Brasil, Chile e México, as quais estiveram vinculadas ao setor de recursos naturais devido a abundância desses recursos nesses países. Essa expansão pela busca de novos mercados, também direcionou a serviços básicos como: energia elétrica e telecomunicações. Dada a tendência do período de fomento ao regionalismo e ao aumento da cooperação sul-sul observa-se que houve um aumento dos fluxos de IED entre os países da região da América Latina como forma de superação da crise que estava sendo irradiada pelas questões enfrentadas pelos países desenvolvidos. Desse modo, as translatinas aproveitaram o vácuo econômico deixado pela retração das economias desenvolvidas para desenvolverem suas potencialidades e consolidar seu posicionamento nos mercados latino-americanos (CEPAL, 2014).

Em retrospecto, ao comparar a maior participação das economias em desenvolvimento no início dos anos 80, tem-se que a região latino-americana e a asiática foram as economias que mais receberam investimento dos países desenvolvidos. A boa “*performance*” econômica dos países asiáticos, devido às políticas macroeconômicas voltadas para o crescimento da região possibilitaram aos mesmos uma onda crescente e estável de atração dos fluxos de IED. Em contrapartida, os fluxos atraídos pelas economias latino-americanas tiveram expressiva instabilidade causada principalmente pelo baixo crescimento econômico da região, combinado às políticas monetárias e fiscais mais “arrochadas” do período (ACIOLY, 2006).

Essa tendência verificada na região latino-americana de fluxos instáveis se estendeu nas décadas seguintes até os anos atuais, evidenciando a volatilidade do recurso na região, sendo sempre condicionada pelas expectativas do exterior na região e também pelo momento vivido pelas economias desenvolvidas evidenciando como a região é sensível às tendências mundiais. Fatores como endividamento externo, e a inconstância nas tendências de crescimento, faz com que a região tenha pouca credibilidade para investimentos de longo prazo, tornando-se uma região de inserção estratégica e de curto prazo, tornando a volatilidade uma característica inerente aos fluxos de IED que vem para a região. Tem-se assim, que os investimentos são retomados na região sempre que há reconversão econômica e políticas de desenvolvimento mais favoráveis as economias desenvolvidas.

Em decorrência do novo comportamento dos fluxos de IED no século XXI, a América Latina passa a ser, das regiões em desenvolvimento, a que mais atrai esse tipo de capital, posto esse ocupado anteriormente pelos países asiáticos. Vale a observação de que apesar de serem apontados comportamentos e setores de tendência, existem padrões bastante distintos entre as sub-regiões. Em retrospecto, a análise discursiva das tendências dos fluxos de Investimento Estrangeiro Direto para a América Latina e o Brasil tem seu foco em toda “década de 2010” compreendendo o período de recuperação após a crise de 2008, do ano de 2010 até os anos atuais. A análise dos fluxos de IED no recorte temporal de 2010 a 2019, tem por objetivo evidenciar o comportamento instável da incidência desses recursos, vez que nos anos de 2010 a 2013 verifica-se uma trajetória que sustenta o tendencial crescimento sinalizado em 2010.

Entretanto, a partir do ano de 2013 os fluxos de investimento estrangeiro direto na região caem exponencialmente devido principalmente a queda dos preços dos bens primários abundantes na região. Os fluxos de IED só apresentam sinais de recuperação no ano de 2018, quando as economias desenvolvidas, China e EUA, voltam suas atenções à região objetivando assegurar seus interesses diante ao impasse comercial frente a concorrência internacional por mercados e controle dos ativos estratégicos às suas economias. Como apontado inicialmente, a composição setorial dos IED acaba por transformar a estrutura produtiva e reforçar os padrões de especializações já verificados. Ao reafirmar setores, em 2012 a importância do setor de serviços se consolida, ao reter 44% do total de recursos atraídos, tendo a manufatura recuado, indo para 30%, enquanto os setores correlatos aos recursos naturais mantido os 26% verificados nos cinco anos anteriores. (CEPAL, 2013).

No ano de 2016, o setor de serviços ganha espaço devido principalmente ao crescimento do segmento de telecomunicações, comércio varejista e energias renováveis e a queda do valor

dos produtos primários. O padrão observado no que se refere as saídas de investimentos da América Latina, tem-se que as empresas translatinas mantiveram um comportamento moderado, tendo sido o México e o Brasil os países que mais investiram fora de seus domínios. Os IED passam a significar para região, uma forma significativa de inserção internacional, contudo não apresentam um impacto significativo em termos tecnológicos, de inovação e P&D (CEPAL, 2016). Apesar da recessão enfrentada pelo Brasil, o mesmo ainda se configurou como principal receptor dos fluxos.

Em uma análise recente, o ano de 2018 se apresenta com um cenário econômico mundial mais complexo, vez que as tensões comerciais entre as grandes potências econômicas – China e EUA - se agravam e a concorrência internacional afetou diretamente os setores nacionais latino-americanos. O que se observou em decorrência dessa conjuntura, foi que a tensão entre os países extrapolaram as restrições comerciais impostas e afetaram diretamente o fluxo dos IED, principalmente por questões de segurança nacional. A preocupação passou a ser o controle dos ativos estratégicos e domínio das tecnologias. A resolução desses conflitos transnacionais não têm se orientado para uma rápida solução o que acaba por afetar no longo prazo os investimentos no exterior, mudando expressivamente as estratégias internacionais, afetando as estruturas das cadeias globais de valor (CEPAL, 2019).

Em conclusão, observa-se que as disputas comerciais e tecnológicas acabam por redundar no aumento dos IED direcionados a setores que não sejam tão afetados pelas políticas restritivas adotadas pelos países. O que explica o comportamento dos fluxos de IED direcionados novamente para setores como o de recursos naturais. Concomitante a esse processo, os setores automotivos que estariam sendo beneficiados pelas entradas de capital de investimentos coreanos, os quais estão focados em atividades de alta complexidade tecnológica acabam por apresentar pouco “derramamento tecnológico” nos “países sede”, evidenciando o comportamento exploratório dos fluxos de IED que se direcionam a setores que beneficiam as demandas de suas economias avançadas e acabam no fim por condicionar uma tendência subordinada dos países da região latino-americana (CEPAL, 2019).

Esta seção buscou apresentar o comportamento interessado dos IED, uma vez que tenderam para além de transformar a estrutura produtiva, a reforçar os padrões de especialização já vigentes. Os IED possuem impactos significativos nas regiões em que incidem, uma vez que impactam a diversificação ou consolidação dos perfis produtivos. Pôde-se observar também, que a conjuntura internacional impacta significativamente os fluxos, vez que, de acordo com o comportamento internacional, há impactos nas demais economias, que se posicionam de

maneira subordinada ao comportamento deste capital. Os IED advindos das economias desenvolvidas acabam por apresentar um movimento interessado a setores e segmentos que lhes beneficiem, evidenciando o comportamento subordinador das economias desenvolvidas, uma vez que determinam quais setores serão “privilegiados” de acordo com suas necessidades.

Assim, como toda a dinâmica do movimento capitalista-exploratório, os fluxos desses investimentos acabam por reforçar a condição subordinada existente entre a periferia e o centro. Mesmo os “efeitos positivos” da atração do IED apresentados, não acontecem de maneira automática. Efeitos esses que só podem ser incorporados através de políticas desenvolvimentistas específicas e regulatórias, que possibilitem a promoção de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), incorporação de tecnologia e criação de novos empregos. Desse modo evidencia-se a necessidade e importância de desenvolver políticas de atração dos IED que estejam correlacionados para além do desenvolvimento sustentável da região, ao objetivo de desenvolver as capacidades locais dos países de destino, a fim de para além de atrair investimento passar a beneficiar-se do mesmo.

Desse modo, os desafios enfrentados pela região Latino-americana se baseiam na tentativa de conciliar a expansão das atividades fomentadas pelos IED, as quais variam de acordo com a conjuntura político-econômica do sistema internacional, com benefícios para a região, buscando fazer com que as políticas das empresas receptoras e as políticas de desenvolvimento dos países responsáveis pela atração de capital também se preocupem em apoiar o setor produtivo, objetivando também um desenvolvimento inclusivo e sustentável. Porém o que se observa, é que essa tentativa de conciliação de interesse se apresenta cada vez mais com um grande desafio aos países da região.

1.3. Perspectivas e determinantes dos IED por Chesnais e Hymer.

Após os fluxos de IED tornarem-se cada vez mais expressivos, várias foram as teorias desenvolvidas com o objetivo de tentar explicar este comportamento das empresas e dos investidores internacionais. Dessa forma, “Perspectivas e determinantes dos IED” será a seção na qual se concentrará a exploração da teoria de dois principais autores que muito contribuíram para a “teoria do Investimento Estrangeiros Direto”: Stephen Hymer, 1976 e François Chesnais, 1996. Os trabalhos em questão partem de pontos de análise diferentes quanto aos efeitos e o que gera o fenômeno da “globalização”. Mas, independentemente das vias, contribuem para o

entendimento do comportamento dos IED, tornando-se complementares a tese a ser desenvolvida neste presente trabalho. Hymer parte da análise do movimento das multinacionais em expandirem para territórios estrangeiros através da “internacionalização da produção” fomentado cada vez mais o processo de globalização, enquanto Chesnais, 1996, do movimento da mundialização do capital financeiro.

Hymer ao ser um dos economistas pioneiros em explorar a correlação da internacionalização da produção – globalização - e sua relação com o desenvolvimento internacional, desenvolve suas ideias contribuindo para a teoria das multinacionais, do estudo sobre o IED e seus impactos sobre o campo da Economia Política Internacional. Desse modo, seus trabalhos nos ajudam a compreender os fatores que são motivadores para que as Empresas Multinacionais (EM's) optem por atuar no exterior por meio dos IED, além de nos permitir a compreensão de como os IED se comportam e seus impactos sobre as economias receptoras vez que esses movimentos se dão de maneira interessada e acabam por reforçar as condições dependentes das economias em desenvolvimento.

Chesnais, desenvolve a estreita correlação do setor industrial com o setor financeiro de forma a evidenciar que para que os anseios de internacionalização da produção sejam satisfeitos os industriais deveriam enredar pelos caminhos da mundialização do capital. Os impactos sociais do avanço das finanças tornam-se significativos devido principalmente ao processo de desregulamentação dos mercados e flexibilização dos direitos trabalhistas. A fim de tornarem-se mais lucrativos os investimentos ao se direcionam para essas localidades. Dessa forma as economias em desenvolvimento passam a se deteriorar em termos democráticos e evolutivos ao se adequarem a padrões menos democráticos e mais especializados, de modo que as economias em desenvolvimento tendem a se especializarem para satisfazer as necessidades das economias desenvolvidas. Dessa forma, partindo da análise das perspectivas e determinantes dos IED desenvolvidos por esses autores, espera-se que ao fim do trabalho, essas análises tornem possível a interpretação do comportamento desses fluxos quando direcionados para o Brasil.

1.3.1 Stephen Hymer: o Investimento Estrangeiro Direto enquanto instrumento de internacionalização das empresas.

Para compreender o trabalho desenvolvido por Stephen Hymer, 1976, além de sua tese de doutorado, será utilizado o trabalho de Dunning e Pitelis, 2009, no qual, revisitando as ideias

defendidas por Hymer, vincula os efeitos da globalização em decorrência do processo de internacionalização do capital e da produção, e como isso impacta as economias em desenvolvimento, acabando por reforçar as condições dependentistas desses países, através da desenvolvimento de uma “teoria das multinacionais” e sua correlação com os IED. A contribuição de Hymer ao presente trabalho se apresenta tanto pela busca da compreensão dos determinantes do IED como instrumento de expansão das empresas multinacionais como também para a análise dos impactos da globalização nas economias para as quais os investimentos se direcionam.

Busca-se compreender as vantagens que teriam as empresas em “internacionalizar a produção” mesmo que isso implicasse em altos custos, seja por causa da língua, da cultura ou devido as demais barreiras que se apresentem ao se inserir em um território diferente do seu. As teses desenvolvidas por Hymer justificam esse movimento das EM's motivadas pela i) “remoção de conflitos” - obtendo controle sobre a produção e oferta de determinado serviço ou produto, de modo a eliminar a concorrência nos diferentes territórios; ii) exploração das vantagens - explorando as possibilidades que as empresas no exterior poderiam oferecer, buscando gerar mais lucros; e iii) diversificação de risco. (HYMER, 1976).

Para além, as EM's ao se inserirem no exterior, buscavam principalmente recursos naturais e novos mercados para seus produtos, com isso, acabavam se inserindo em países menos desenvolvidos, os quais eram abundantes em matérias primas e mão de obra barata. A tendência desse movimento por consequência, seria a exploração das economias em desenvolvimento de modo a reforçar o desenvolvimento dependente e desigual. Na época em que elaborou suas teses, a concorrência de mercado se dava em termos substancialmente desiguais e as economias de grande porte estavam a conduzir de maneira oligopolistas os diferentes segmentos de mercado, as quais tendiam cada vez mais ao monopólio. A produção dos bens e serviços estava majoritariamente concentrada nas economias “planejadas” (DUNNING; PITELIS, 2009). Desse modo, a já tardia industrialização da periferia passava a ter sua condição cada vez mais reafirmada pelo movimento das Empresas Multinacionais e dos IED advindo das mesmas.

Ao problematizar a temática, o autor evidencia como a divisão do trabalho e a estrutura hierárquica das empresas multinacionais apresentavam problemas significativos como as assimetrias de poder entre a matriz e suas subsidiárias, de modo a reforçar a divisão internacional do trabalho, a qual condiciona a submissão dos países em desenvolvimento aos interesses desenvolvimentistas das economias desenvolvidas. Essas diferenças estruturais

passam também a reforçar a distribuição de poder entre os Estados, transcendendo a esfera comercial subordinando-as tanto econômica como politicamente. Desse modo, a estrutura dependente verificada no sistema internacional, seria intensificada pelos fluxos de IED ao saírem dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, sendo as sedes das multinacionais majoritariamente pertencentes aqueles países. Esse movimento das multinacionais, acabaria por perpetuar o controle das atividades nos países em desenvolvimento e dificultar a tomada da independência por parte desses (HYMER, 1976).

A “teoria do movimento internacional do capital” aponta para o movimento interessado dos capitais influenciando diretamente na tomada de decisão sobre a quais países se direcionar, de modo a fazer com que esse capital insira nas economias receptoras com objetivo de satisfazer os interesses de estado das economias investidoras. As operações internacionais, desse modo, apresentariam a tendência de se direcionarem para indústrias específicas e concentradas de modo que as indústrias contempladas pelas relações entre os países seriam as mesmas em todos os países. Com isso a tendência é de que a indústria tendesse a ser cada vez mais concentrada e reforçasse as condições estruturais de dependência entre os países (HYMER, 1976).

Em conclusão, observa-se que o movimento das EM's e do fluxo de IED se motivaram com o objetivo de aprimorar vantagens monopolísticas de mercado através da expansão territorial. Esse funcionamento passa cada vez mais a se apresentar enquanto um movimento, nas economias nas quais se insere esse capital, de “captura de valor” por meio da alocação eficiente de recursos e capacidades do que da “criação de valor”. Desse forma, a atuação das EM's através dos fluxos de IED evidencia o objetivo de manter o superávit de suas operações as custas do objetivo de desenvolvimento das economias dos países em desenvolvimento, fazendo com que essa condição dificilmente seja superada dado o reforço da tendência de subordinação. Dessa forma, os trabalhos de Hymer contribuem para o entendimento de como as grandes empresas estariam “a serviço” do processo de globalização e do desenvolvimento dos anseios capitalistas e como essa expansão internacional das grandes corporações acabou por fomentar o grau de concentração oligopolista dos setores sobre os quais se incidem (DUNNING; PITELIS, 2009).

1.3.2 François Chesnais: a mundialização do capital e os Investimentos Estrangeiros Diretos

Para chegar aos Investimentos Estrangeiros Diretos, Chesnais, 1996, contextualiza esses fluxos dentro de uma “nova configuração do capitalismo mundial” que é o processo de mundialização do capital, entendido também como o fenômeno da “globalização”, verificado com mais expressividade a partir dos anos 80. O processo de mundialização do capital faz referência às características inerentes às fases do capitalismo clássicas, as quais previam concentração e centralização do capital e interpenetração das finanças e da indústria. Chesnais aponta o fato indissociável a essa nova fase sobre a produção, de que seria a mesma, a responsável pela criação da riqueza a partir de fatores sociais de trabalho de diferentes qualificações, mas que seria no entanto, a esfera financeira que comandaria a repartição e a destinação final dessa riqueza. Evidencia-se dessa forma, o fato de que mesmo quando o processo financeiro prevê impactos na esfera produtiva – quando não se restringe ao processo de formação do capital fictício - a riqueza criada se direciona a indivíduos e setores definidos.

Cada vez mais, os acionistas das grandes empresas anseiam por aumentos de produtividade, a qual tem impactos significativos sobre a esfera social no tocante aos postos de trabalho que são suplantados pelas novas tecnologias. No processo de mundialização os IED teriam substituído o comércio exterior como meio de internacionalização, possuindo esses investimentos um caráter de concentração expressiva nos países desenvolvidos, especialmente na tríade: Estados Unidos, União Europeia e Japão. O processo de mundialização atrelado ao aumento dos fluxos de IED são decorrentes principalmente i) do processo de acumulação de capital que vinha acontecendo desde 1914, o que acabou por levar a um esgotamento das economias nacionais, sendo necessária a expansão para outros territórios, para que fosse possível continuar com o aumento dos lucros auferidos e ii) pelo processo de desregulamentação dos mercados que possibilitou cada vez mais o aumento das trocas financeiras entre os países (CHESNAIS, 1996).

Esse segundo processo, de imediato, já teve impactos sociais importantes, uma vez que o processo de desregulamentação passou a dismantelar as conquistas democráticas feitas até o momento. No excerto a seguir se evidencia como o triunfo do capital financeiro e dos grupos multinacionais, principalmente nos Estados Unidos foi possível. Com essa liberdade adquirida, dada ao processo de liberalização do comércio exterior e dos movimentos dos capitais, as classes operárias tanto dos países desenvolvidos, como dos em desenvolvimento, tiveram

expressiva flexibilização do trabalho além de terem seus salários rebaixados, tudo em benefício dos anseios do capital.

Sem a intervenção política ativa dos governos Thatcher e Reagan, e também do conjunto dos governos que aceitaram não resistir a eles, e sem a implementação de políticas de desregulamentação, de privatização e de liberalização do comércio, o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais não teriam podido destruir tão depressa e tão radicalmente os entraves e freios à liberdade deles de se expandirem a vontade e de explorarem os recursos econômicos, humanos e naturais, onde lhes for conveniente. (CHESNAIS, 1996, p.34)

A correlação feita por Chesnais é de que os grupos que se voltam para a mundialização da indústria e dos serviços não poderiam o fazer sem incorrerem na esfera financeira, evidenciando a relação estreita entre essas esferas prevista pela mundialização do capital. A indústria passaria desse modo a depender dos processos financeiros para expansão, a medida em que as finanças passam também, a serem compreendidas enquanto “indústria”, sendo o “comercio de dinheiro” visto como transacional e objeto de competição dos agentes que por meio da exploração das suas vantagens comparativas buscam atrair o capital pra si. Por consequência, os setores financeiros e produtivos passam a serem vistos com autonomia relativa, pois no limite não conseguem operar de maneira desassociada. “[...] os grupos industriais são, propriamente, grupos financeiros de predominância industrial” (CHESNAIS, 1996, p.275).

O setor de serviços também acabou por fomentar o aumento dos fluxos de IED dado seu processo de internacionalização. Nesse setor o instrumento que torna possível o processo de internacionalização são os IED. As empresas viam nas operações de internacionalização um meio pelo qual tornava-se possível o controle das “complementariedades” entre seus produtos e serviços, sendo o meio conseguir manter as vantagens concorrenciais e as posições que se tinham em dado mercado (CHESNAIS, 1996). Dessa forma, o que Chesnais procura evidenciar em seu trabalho é o fato de que o movimento de mundialização do capital está atrelado ao processo de internacionalização das grandes corporações de modo a reafirmar a tendência do capitalismo de concentração e centralização do capital tornando a superação do modo de produção capitalista de difícil alcance.

A mundialização do capital teve por consequência o reestabelecimento dos investimentos, mas teve como efeito colateral a redução dos salários. A mundialização passa a influir no comportamento dos investidores estrangeiros de modo a fomentar o aumento das fusões e aquisições, além de atribuir alta seletividade na localização do direcionamento dos

investimentos. Desse modo, com o objetivo de se tornar um polo atrativo desses capitais, as economias em desenvolvimento acabam por desregulamentarem-se e tornarem-se mais “acessíveis” ao ingresso desses investimentos, atuando também por meio de subsídios, isenções fiscais e revogação dos direitos trabalhistas. Dessa forma, o investimento estrangeiro passa a regular os caminhos das economias em desenvolvimento de modo a fazer com que estas tendam ainda mais para o processo de especialização comercial a fim de atender as necessidades das economias desenvolvidas.

CAPÍTULO 2 O CASO BRASILEIRO: AS CONSEQUENCIAS DA INSERÇÃO DOS FLUXOS DE IED NO BRASIL

A necessidade de atração dos fluxos de IED através da abertura comercial do país se deu principalmente pela necessidade das empresas nacionais gerarem alternativas para enfrentarem as dificuldades substanciais frente a intensa competitividade no cenário internacional. Dado ao fato de que, somente com os ganhos de produtividade se poderia incorrer em maiores níveis de renda, os IED se apresentaram ao Brasil como uma solução em um cenário difícil caracterizado pela alta competitividade e recursos financeiros nacionais escassos, de modo que, independente do setor para os quais os IED se direcionaram sua contribuição para a sobrevivência da atuação do Brasil no cenário internacional foi substancial. Se os fluxos de IED não tivessem se direcionado para o Brasil nos anos 90, período de grandes privatizações, o país teria perdido espaço no comércio mundial dado que esse processo propiciou uma dinâmica positiva para o Brasil frente a melhoria de qualidade aos bens e serviços oferecidos. No entanto, um dos efeitos colaterais a essa atração incorreu no processo de desindustrialização privilegiando o crescimento do setor de serviços.

2.1 Impacto do IED sobre o emprego.

A consolidação das novas cadeias produtivas globais, possui impacto significativo na geração e qualidade dos empregos, principalmente nos países em desenvolvimento. A internacionalização produtiva impulsionada pelo barateamento dos custos de comunicação e de transporte, abriram precedentes para a revolução tecnológica que atingiu o mercado financeiro de forma significativa, tornando o capital cada vez mais global. As novas fases do capitalismo, só fazem reforçar a tendência já verificada de esse sistema econômico ser alimentado pela força

de suas contradições, desse modo, no processo da globalização da produção, não haveria de ser diferente. Esse processo habilita maiores possibilidades de concentração de riqueza nas mãos dos grandes líderes das corporações em detrimento da marginalização de determinada camada da sociedade. O processo que se verifica com o aumento dos fluxos de capital estrangeiro, é a consolidação das corporações enquanto norteadoras das formas de produção, de modo que, passam a definir, como, quando, onde, e o que se produz tanto voltado para bens como para serviços (DUPAS, 1999).

Essas mesmas corporações acabam por buscar espaços nos quais seja possível a redução de preços. A busca pela eficiência de mercado e conquista dos mesmos acabando por gerar uma onda de fragmentação, culminando em uma serie de terceirizações de serviços, franquias e informalização. Nesse processo, o que se observa é que cada vez mais uma grande quantidade de pequenas empresas passam a “alimentar” a cadeia produtiva das grandes corporações a um baixo custo. Desse modo, a internacionalização da produção, acontece de modo a concentrar e fragmentar ao mesmo tempo. A fragmentação ocorre por meio da divisão das etapas de produção, mas passa a concentrar os produtos de maior valor agregado, e as corporações que ditam as regras do mercado nos países centrais. Concomitante a essa dualidade, outra contradição que se reafirma se refere a exclusão e inclusão dos indivíduos que estão inseridos nessas sociedades (DUPAS, 1999).

Voltada a atenção para a organização dos trabalhadores frente as condições de trabalho que se apresentam nas diferentes fases do capitalismo, pode se observar que no processo de industrialização da periferia, devido a acentuação significativa das contradições sociais, o poder social e de barganha dos trabalhadores aumentou, dada as recorrentes lutas sociais. Mas com a incorporação de tecnologias aos processos produtivos, passou-se a ter uma substituição do trabalho intensivo pelo capital intensivo, fazendo com que o poder de barganha dos trabalhadores e sindicatos diminuíssem. O que se observa é que o desemprego estrutural passa a se tornar um “disciplinador” da força de trabalho, havendo uma flexibilização substancial das normas trabalhistas, tendo os indivíduos que se sujeitarem as condições de trabalho “disponíveis no mercado” (DUPAS, 1999).

Observa-se que a partir da década de 90, cada vez mais, a flexibilidade e a fragmentação da produção incorrendo em perda significativa do poder do trabalhador, de modo que a abundância de mão de obra disponível e o enfraquecimento das organizações sindicais fazem com que os indivíduos percam cada vez mais seus direitos trabalhistas. A tendência que se observa com a globalização e as ondas de inovação tecnológica e expressiva mobilidade do

capital, é a de que a possibilidade de deslocar os segmentos da cadeia produtiva para diferentes regiões fazendo com que os salários desestabilizem, tornando a concorrência agora com parâmetros mundiais. Em decorrência dessa tendência, as consequências para com o reforço das condições desiguais se acentuam de modo que, a disparidade de renda aumente, bem como também a pobreza como o desemprego e para além, a exclusão social (DUPAS, 1999).

Desse modo, tem-se que as modificações que implicaram o novo ordenamento da internacionalização da produção, fomentado principalmente pela livre circulação de capital, tem reflexo na apropriação da riqueza por corporações e líderes específicos, além de possibilitar uma alteração significativa dos padrões de produção, e de como os mesmos se utilizam da mão de obra disponível no mundo. Nas cadeias globais, as empresas líderes se consolidam no topo (1º nível), enquanto os demais fornecedores, que são compostos principalmente pelos processos fragmentados de terceirizações, franquias encontram-se na base (3º e 4º nível). As condições de trabalho do primeiro nível são caracterizados pelo predomínio da alta qualificação e contratos de trabalho formais, com benefícios significativos. Já nos níveis inferiores, as condições de trabalho disponíveis, se concentram na informalidade e com alta flexibilização do emprego. As grandes corporações desse modo, se beneficiam desses países que se encontram no 3º e 4º nível através da apropriação das vantagens aos ganhos de produção, correlatas aos baixos salários, relações contratuais mais flexíveis bem como também leis ambientais menos rigorosas (DUPAS, 1999).

O fato que se observa quanto dos fluxos de IED voltados especificamente para os países periféricos, é sua alta sensibilidade aos fatores externos às economias nacionais. Isto posto, o comportamento dos Investimentos estrangeiros direto, aqueles vinculados à participação no capital, acabam por apresentar o mesmo comportamento especulativo dos investimentos em carteira, dada sua característica de curto prazo incorrendo em uma nova forma de vulnerabilidade externa, dada a já observada fragilidade das economias periféricas por não possuírem moedas fortes frente às oscilações do cenário internacional. A correlação entre a atração dos IED e o aumento da vulnerabilidade externa do Brasil, se deve ao fato das fugas potenciais desse capital frente a momentos de instabilidade financeira internacional (PEREIRA, CORRÊA, 2015).

A análise da vulnerabilidade externa relacionada aos fluxos financeiros estrangeiros, é pouco tradicional nos indicadores tradicionais, mas como apontam os estudos desenvolvidos por Pereira & Corrêa, 2015, as quais analisam a correlação existente e evidenciam que mesmo quando as economias periféricas apresentam condições estruturais favoráveis para a

permanência desse capital na economia, tendem a apresentar uma sensibilidade maior a fatores externos a essas economias. Desse modo, os fluxos de IED passam a se apresentarem como um risco ao crescimento das economias receptores desses investimentos, dado sua instabilidade, evidenciando a tendência de mudanças abruptas de comportamento, possuindo impactos significativos sobre a economia frente os juros e ao câmbio, aumentando por consequência, a necessidade de atração dos fluxos estrangeiros para o fechamento do Balanço de Pagamentos.

Dessa forma, os IED possuem um comportamento condicionado quando se direciona para os países periféricos, de modo que apresentam vieses de curto prazo sendo afetados sobretudo pelos acontecimentos externos tais como a dinâmica da liquidez internacional. Os IED passam a apresentar a mesma dinâmica dos investimentos de portfólio ao sofrerem influência das condições do mercado global, deixando de se apresentarem como investimentos de longo prazo, e contribuindo para a acentuação da vulnerabilidade externa dos países em desenvolvimento, reforçado sobretudo pelo perigo de reversão abrupta dos fluxos a depender dos fatores conjunturais exógenos (PEREIRA, CORRÊA, 2015).

A relação da vulnerabilidade externa fomentada pelos fluxos de IED com as discussões de cunho social desenvolvidas nesta presente pesquisa, se relacionam a medida em que a restrição externa implica em níveis cada vez menores de geração de novos postos de trabalho apresentando limitações ao desenvolvimento econômico brasileiro e reforçando as condições desiguais de inserção internacional do Brasil à medida que dificulta a superação das desigualdades a nível doméstico.

Para sustentar o emprego, a formalização e uma maior participação salarial, o crescimento econômico deve ser capaz de acompanhar o crescimento da oferta de trabalho. [...] É importante contrastar a taxa de crescimento necessária para manter o emprego com a taxa de crescimento compatível com o equilíbrio externo. O crescimento da economia pode flutuar entre períodos, mas no longo prazo essa taxa não pode se afastar daquela que seria compatível com contas externas equilibradas. Para analisar a sustentabilidade externa do crescimento, costuma-se estimar a elasticidade-renda mundial das exportações e a elasticidade-renda interna das importações. (CEPAL, 2018b, p.17-18.)

Isto posto, evidencia-se que para que aconteça a sustentação dos níveis de oferta de emprego à medida em que se aumenta a oferta de trabalho é necessário sobretudo que haja crescimento da economia e a mantenha-se as contas externas equilibradas. No Brasil no entanto, a dinâmica verificada quanto as elasticidades do comercio internacional evidenciam a perpetuação dos problemas estruturais decorrentes do hiato tecnológico devido principalmente a tendência de especialização produtiva da economia brasileira frente aos setores beneficiados pelo comportamento interessado dos fluxos de IED. Dessa forma, ao reforçar a fragilidade

externa do Brasil, os fluxos de IED não permitem que a taxa de emprego aumente na mesma medida que a população economicamente disponível. Nesse contexto, observa-se que a abertura e atração de capitais estrangeiros para a economia acabam por apresentar efeitos colaterais nocivos ao desenvolvimento do país acentuando as desigualdades sociais ao atingir diretamente a geração de emprego e dificuldade os meios para a superação dessa condição (CEPAL, 2018b).

Os aspectos estruturais e de vulnerabilidade externa tendem a agravar-se no contexto da revolução tecnológica. À medida que sua distância com respeito à fronteira tecnológica aumentar e a difusão de novos setores e conhecimentos se atrasar, a região terá mais dificuldades para inserir-se nos mercados mundiais de maior dinamismo e elevar sua taxa de crescimento. A correspondente diminuição da demanda de trabalho tornará mais difícil a solução dos problemas de desemprego que surgem da crescente automatização e digitalização dos processos produtivos. (CEPAL, 2018b, p.19)

Quanto aos impactos das novas cadeias de produção, em termos de qualidade, quantidade e localização dos empregos, tem-se que:

O impacto das novas cadeias de produção sobre os empregos globais varia conforme uma série de fatores: a acomodação de cada país dentro da cadeia produtiva; a forma de entrada do investimento direto estrangeiro (*greenfield*, fusão, aquisição ou participação minoritária); o tipo de cadeias (uso intensivo de capital ou mão-de-obra); substituição ou não de produção local; e complementação de investimentos domésticos, contribuindo para o crescimento da produção ao desfazer gargalos financeiros, tecnológicos e administrativos locais. (DUPAS, 1999, p.78).

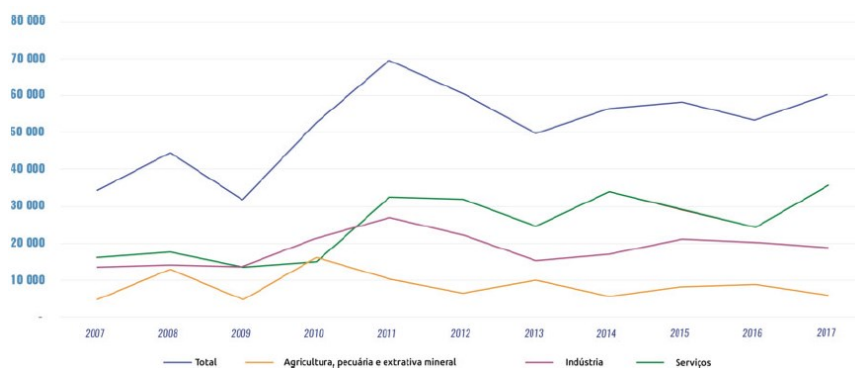
O comportamento que se observa é de que a cadeia produtiva globalizada, possui um topo concentrado e uma base fragmentada, com reflexos significativos na flexibilização do trabalho. A tendência geral observada é de que os líderes das cadeias mundiais acabam por gerar menos empregos diretos e formais a cada dólar adicional investido, tendência essa que se consolidada dado a automação e a crescente informatização as quais contribuem para a concentração dos sistema de gestão e de produção nas cadeias superiores (1º e 2º nível). Já nos níveis da base, os efeitos e qualidade dos empregos gerados são afetados substancialmente pela posição que a filial se encontra na cadeia de valor adicionado, de modo que se a posição for de destaque, os empregos podem ter sua qualidade elevada, mas a medida em que a posição for de menor valor os empregos gerados também possuirão menor qualidade (DUPAS, 1999)

Em conclusão, a análise realizada por Dupas, evidencia a dicotomia entre globalização da economia e a internacionalização produtivo e o reforço da exclusão social. As tendências que predominam dessa relação é o aumento da flexibilização do emprego e também o aumento da desigualdades. Segundo a OIT, 1997-98, *apud* DUPAS, 1998, a mobilidade do capital

desestabilizaria a estrutura dos salários e também incorreria num crescimento do setor informal precarizado, o que afetaria significativamente a condição dos indivíduos. Como solução a OIT propõe a atuação de um Estado mais interventor com o intuito de manter a coesão social, buscando reverter a exclusão de determinados segmentos dessa sociedade, no entanto, com a globalização a emergência do neoliberalismo reforça cada vez mais a necessidade de um Estado pouco presente, atribuindo ao mesmo poucas atribuições, principalmente frente as questões sociais.

A atração dos fluxos de IED na última década, tenderam a partir do ano de 2010 a privilegiar setores específicos, evidenciando um comportamento setorizado desses fluxos. O setor de Serviços é o que merece destaque devido a maior demanda dos fluxos desses recursos atingindo US\$469 bilhões em 2018. Com US\$307 bilhões investidos, o setor de transformação foi o segundo setor que mais capitou recursos no exterior, seguido pelo setor primário US\$39 bilhões (IEDI, 2019).

Gráfico 1 – Ingresso de Investimentos Diretos no País – distribuição por setor (US\$ milhões)



Fonte: extraído de CAMEX, 2018, p.12.

Os setores privilegiados pelos fluxos de investimento mudam de acordo com cada período analisado, evidenciando que mudanças estruturais podem acontecer dependendo da conjuntura doméstica e internacional. O padrão, no entanto, que pode ser percebido, ao analisar o comportamento econômico tanto dos países desenvolvidos como dos em desenvolvimento é a característica semelhante da transição observada, do setor agrícola para o industrial, e deste para o setor de serviços. A desindustrialização, e a nova reconfiguração produtiva não aconteceu de forma homogênea em todo território devido principalmente aos diferentes incentivos, bem como isenções fiscais e políticas que os estados possuem. Na última década o predomínio do setor de serviços, fez por consequência que o setor tivesse uma maior

participação na geração do emprego. No entanto, mais expressivamente no informal. Seguido pelo setor industrial, e em menor volume pela agropecuária. A análise da qualidade dos empregos gerados é possível em decorrência da observação de quais setores são privilegiados pelos investimentos estrangeiros. O que se observa dessa forma é que os IED além de determinarem a especialização da produção brasileira, também condiciona os possíveis tipos de trabalho a serem ofertados no país, de modo que os fluxos de IED passam a influir diretamente nas oportunidades que os indivíduos encontram no mercado de trabalho.

O setor agropecuário, também denominado como setor primário, é aquele que volta-se para atender as necessidades básicas da economia doméstica. Já o setor secundário, é o setor que corresponde as atividades industriais, o qual amplia o horizonte das necessidades básicas do indivíduos, ampliando também os produtos a serem produzidos e ofertados, setor esse que torna possível uma maior acumulação de capital. Já o setor terciário, conhecido também como setor de serviços e comércio de bens, é aquele que compreende diferentes atividades de serviços e possibilita a circulação de bens e atende diretamente as demandas de consumo dos indivíduos.

O setor agropecuário, é de grande relevância a economia brasileira, pois permite a exploração dos recursos territoriais que o país dispõe. Dessa forma, o setor agrega questões socioeconômicas e geográficas de expressiva relevância, por incorporar atividades substanciais para o cenário nacional e também para o posicionamento do Brasil frente ao comércio internacional, dado que a exportação de produtos como a soja, o café, e a carne são de extrema importância para a economia do país, através da busca por manter a balança comercial superavitária. Por conseguinte, também tem por foco o abastecimento do mercado interno, e sendo também uma fonte relevante para a ocupação da mão de obra brasileira (IBGE, sd.).

Em análise, as regiões nas quais se concentram a maior atividade agropecuária no país, são o Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Quanto ao nível de escolaridade dos produtores 2/3 são alfabetizados, mas são poucos aqueles que chegam a obter uma formação de nível superior. Quanto ao grau de parentesco com o produtor, pode-se perceber a tendência de que mesmo as agriculturas que não sejam familiares, possuem relação de parentesco, de modo que, as pessoas de uma mesma família tendem a se voltar para as atividades do campo. Para além, os produtores do sexo masculino totalizam em 81% do total, e quanto a cor, os produtores são majoritariamente brancos 45% e pardos 44% (CENSO AGROPECUÁRIO, 2018)

Hoje, o setor agropecuário é responsável por uma parcela bem pequena da geração de novos empregos, e em termos de qualidade de empregos gerados, observa-se que o setor pouco contribui para a média de altos salários e de exigência de alto nível de escolaridade,

evidenciando a tendência de um setor pouco desafiador e mais tradicional. Na economia brasileira, hoje, os setores de maior destaque são o setor terciário – de comércio e serviços – e o setor secundário, o setor industrial, os quais serão analisados na sequência.

Por sua vez, o setor industrial, em especial a indústria de transformação, é o segmento que mais gera empregos de qualidade. Em 2002, a mesma, foi a responsável pela geração do maior número de empregos formais da economia brasileira, mas com a reestruturação produtiva, a indústria passa a ocupar o segundo lugar de destaque. Ainda assim, a indústria de transformação, continua a ser um setor com alta empregabilidade, e que apresenta média salarial acima da média da economia. Desse modo, a redução da participação da indústria na economia brasileira, acaba por implicar em uma redução do salário médio da economia, além do que, esse “espaço” é preenchido por empregos gerados pelo setor de serviços, os quais oferecem substancialmente uma média salarial abaixo da vigente na economia. Evidenciando assim, que a retração do setor industrial no país, gera consequências negativas para o país, em termos de empregabilidade (FIESP, 2015).

A indústria de transformação, se constitui enquanto o segmento econômico que proporciona um tempo médio de emprego – 3,3 anos - também superior à média da economia, evidenciando que além de ser um setor com alta empregabilidade, ainda contribui para com a baixa rotatividade empregatícia. Por consequência, a redução da atuação do setor na economia, também implica em um aumento da rotatividade média da economia, comprometendo significativamente a estabilidade do emprego no país. A indústria de transformação também apresenta níveis de formalidade maior, de modo que, ao gastar com longos períodos de treinamento e desenvolvimento de habilidade específicas, a média salarial é elevada, e os custos de admissão e demissão tornam-se mais elevados. Consolidando assim, enquanto setor que gera uma das maiores estabilidades empregatícia ao trabalhador brasileiro na atualidade (FIESP, 2015).

Apesar de ser o segundo setor de maior relevância para a geração de empregos, hoje, os estudos apontam que o processo desindustrialização na economia brasileira além de real é progressivo. Dessa forma, o debate da desindustrialização brasileira, caminha junto com o processo de redistribuição geográfica da indústria, que está atrelada ao processo de especialização da produção dada a internacionalização das estruturas produtivas. Por conseguinte, o processo de reestruturação da economia, muito significativamente afeta a configuração espacial das firmas industriais brasileiras, impactando diretamente na perda da

participação da indústria no PIB e também na oferta do emprego industrial (CRUZ, SANTOS, 2011).

O setor industrial passa a perder espaço para o setor de serviços devido principalmente a alta tendência de terceirização de serviços. A terceirização incorre em uma nova divisão do trabalho inter-setorial de modo que as funções que antes eram desenvolvidas dentro da própria empresa, passa a ser terceirizada para firmas do setor de serviços, levando a uma tendência cada vez maior de especialização. Pela ótica da demanda, o processo de desindustrialização também ocorreria devido ao comércio internacional e a internacionalização produtiva. Com o aumento da desigualdade de salários e também do desemprego, as empresas passam a se destinar a outros países, os quais passam a atender suas demandas produtivas específicas (CRUZ, SANTOS, 2011)

A abordagem da Nova Economia Geográfica (NEG) se dedica também as possíveis causas que fizeram com que a desindustrialização se concretizasse. Para os teóricos da NEG duas razões seriam as principais para a redução da participação da indústria na economia brasileira: a redução dos custos de transporte e da comunicação. Esta teoria prevê que com altos custos de transporte, a distribuição pelos espaço se daria de forma mais equânime. De forma que, quando esses custos se reduzem, as atividades produtivas passam a se deslocar em direção aos países em desenvolvimento, visto que lá, encontram espaço para desenvolver suas atividades econômicas a um baixo custo, devido aos baixos salários, e mão de obra abundante. Concomitante a redução dos custos de transporte, os custos de comunicação também se reduzem, sendo possível observar uma redução de barreiras antes existentes para uma maior conectividade entre as regiões. Por conseguinte, com uma maior integração das regiões, os custos de gerenciamento também se reduzem possibilitando o surgimento de várias plantas produtivas em diferentes pares do mundo, visando a facilitação do deslocamento das atividades dessas empresas (CRUZ, SANTOS, 2011).

Dessa forma, o que se observa, é que com a redução desses custos, a tendência da nova reconfiguração econômica começa a se formar, de forma que, as atividades principais das empresas são mantidas na região central, enquanto as atividades menos complexas se dirigem para a periferia, onde encontram baixos custos de instalação e produção. Essa nova tendência ao prever uma maior integração comercial, acaba por beneficiar substancialmente as economias centrais em detrimento da periferia, visto que para essas a deslocalização das atividades tendem a reforçar sua condição dependente, e caminham para uma produção cada vez mais, mais especializada. O que se observa, desse modo, é que o fenômeno da desindustrialização se daria

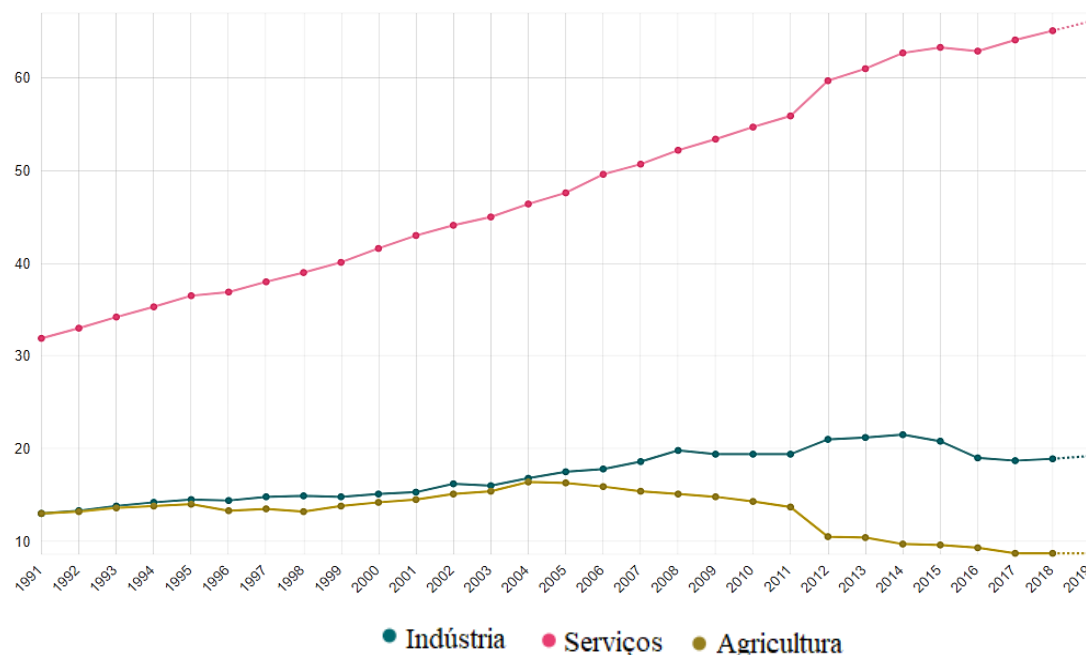
pelo efeito da especialização dos países em desenvolvimento, perdendo a indústria seu peso, principalmente após a abertura comercial (CRUZ, SANTOS, 2011).

Assim como a Revolução Industrial implicou na redução da importância do setor agrícola para o florescimento da indústria, o processo de internacionalização da produção, reduziu a participação da indústria abrindo precedentes para a ascensão do setor de serviços. Para o entendimento dos segmentos que o setor de serviços abrange, o excerto a seguir do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, disponibilizado através de sua plataforma online, aponta a lista de classificação setorial da OMC para o setor de serviços. Pode-se observar em decorrência dessa classificação, que o setor de serviços, é constituído por atividades substancialmente heterógenas tanto quanto, pelo porte das empresas que representa, como a remuneração média bem como também em relação ao uso de tecnologias. Esse setor na última década, passou a desempenhar um papel bastante ativo nas atividades econômicas brasileira, se destacando como um setor com dinamismo significativo.

O setor de serviços se relaciona de forma mais estreita com o consumidor final. Esses segmentos por demandarem um trabalho “menos elaborado” é caracterizado por possuírem produtividade e salários comparativamente menores. Já em outro extremo, há segmentos dentro do setor, que oferecem serviços mais intensos em capital e também em tecnologia, como os segmentos de telecomunicações, transportes, auxiliares financeiros e etc., já nesses segmentos a produtividade e os salários são mais robustos. Dessa forma, observa-se a relação nos segmentos, de que quanto maior for a demanda de conhecimento, pelo serviço, mais produtivo e mais rentável é o segmento para o prestador de serviços. No geral, o setor de serviços é tradicionalmente relacionado a baixa produtividade e com um grau de informalidade elevado, utilizando em baixa escala o teor tecnológico (SILVA, FILHO, KOMATSU, 2016).

O Gráfico 2, permite a observação do crescimento exponencial do setor de serviços frente aos demais setores da economia brasileira ao longo dos anos.

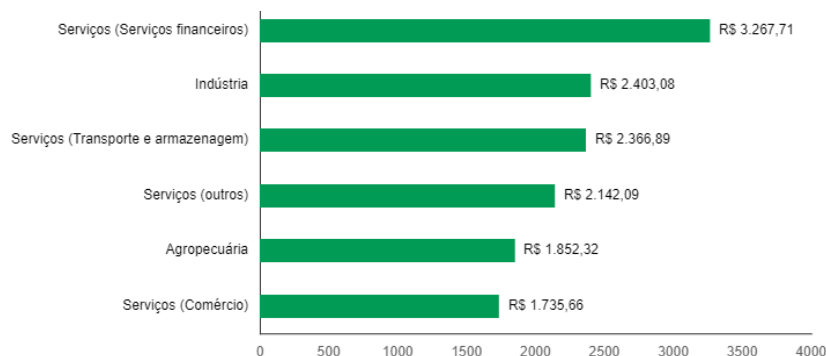
Gráfico 2: Emprego por Setor Brasil¹
(Em %)



Fonte: extraído da OIT, 2019.

Nos gráficos 3 e 4, são apresentados os salários médios dos trabalhadores com Ensino Médio e Ensino Superior Completo por setor de atividade no segmento formal. Tais dados permite observar como os principais setores responsáveis pela geração de emprego formal, são também aqueles que pagam menores salários.

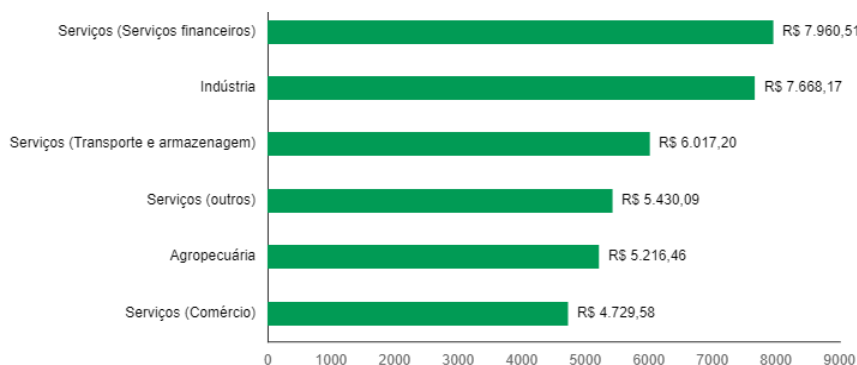
Gráfico 3: Salário Médio das atividades econômicas. Trabalhadores com Ensino Médio Completo – 2018. (R\$ Mensal)



Fonte: extraído da Plataforma: Perfil da Indústria Brasileira, 2019

¹ Este conjunto de dados inclui dados reais e imputados de 1991-2018, bem como projeções de 2019-20. As estimativas podem diferir das fontes nacionais oficiais. “Os empregados compreendem todas as pessoas em idade ativa que, durante um breve período especificado, estavam nas seguintes categorias: a) emprego remunerado (no trabalho ou com emprego, mas não no trabalho); ou b) trabalho autônomo” (OIT, 2019b)

Gráfico 4: Salário Médio das atividades econômicas. Trabalhadores com Ensino Superior Completo – 2018 (R\$ Mensal)



Fonte: extraído da Plataforma: Perfil da Indústria Brasileira, 2019

Comparativamente, os setores que demandam maior conhecimento técnico são os setores que melhor remuneram no Brasil. No entanto, esses segmentos atuam em menor volume na geração de empregos formais no país. O nível de escolaridade evidencia que em todos setores a valorização da média salarial acontece a medida que o trabalhador busca se especializar. Os gráficos foram extraídos da plataforma Perfil da indústria brasileira, e os dados são baseados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério da Economia. Em conclusão, a terceirização da economia brasileira se acentua no decorrer dos anos e os postos de trabalho gerados por esse setor estão centrados em atividades com baixos salários, alta mobilidade, e baixa escolaridade.

2.2. Fatores estruturais responsáveis pela atração e retração do capital estrangeiro voltados ao Brasil

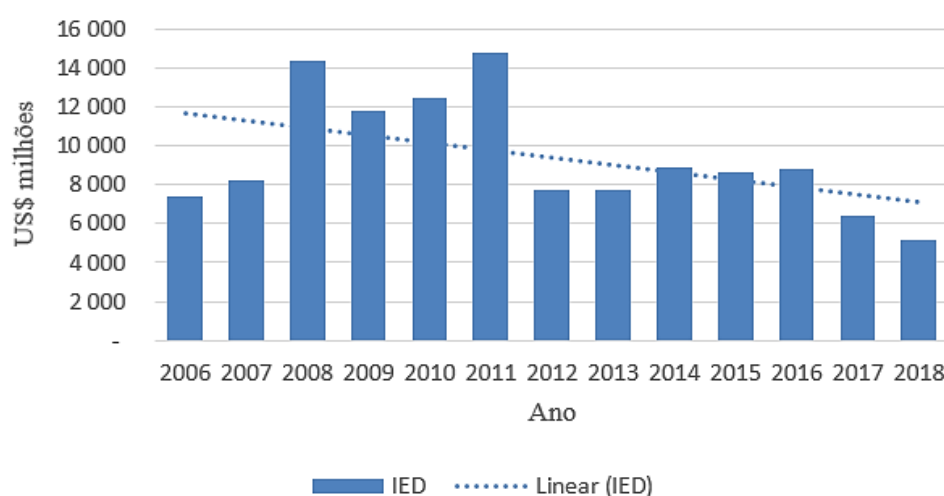
Esta seção se dedica a evidenciar as razões pelas quais o Investimento Estrangeiro escolhe o Brasil e por outra via, as razões pelas quais o Brasil se abre para a vinda do mesmo. Essa análise torna possível o entendimento do comportamento desses fluxos para o país, comportamento esse intrinsecamente relacionado aos setores que se destina e em decorrência disso impactando na geração de empregos. A seção como toda a pesquisa desenvolvida se debruça em especial sobre os elementos estruturalistas para análise dos impactos que os IED causam à esfera social. Isto posto, evidencia-se que os fatores financeiros são menos explorados e que caberia outro trabalho dedicado somente a análise dessa via. Dessa forma, as questões financeiras não são ignoradas, mas são exploradas em menor profundidade neste trabalho. A

análise pela via financeira se dedicaria o entendimento de como o IED seria uma das principais fontes de atração de capital estrangeiro, significativamente necessário ao balanço de pagamento.

Sucintamente, nesse segmento, a alta atração de capitais estrangeiros implicaria em uma valorização cambial excessiva tornando necessário a atuação do Banco Central com o objetivo de reduzir a circulação de dólar na economia. Para que isso pudesse ser realizado, atuando pelas vias das metas de controle de inflação, o excesso de moeda seria comprado pelo governo por meio da emissão de operações compromissadas. O efeito da emissão dessas operações implicaria em um aumento significativo da dívida bruta. Dessa forma, o aumento da dívida mesmo sendo relacionada ao setor externo poderia implicar na esfera social, uma vez que seriam necessárias políticas restritivas para contenção de gastos. Políticas essas, como se sabe, que afetariam primeiramente os indivíduos ao reduzir gastos com saúde e educação.

Assim sendo, essa poderia ser uma das correlações a ser desenvolvida entre os fluxos de IED e o reforço da desigualdade social. Contudo, a seção se dedicará ao entendimento da correlação desse fatores pela via estrutural, na qual será evidenciada que mudanças na estrutura não ocorrem devido aos setores privilegiados pelo movimento interessado dos fluxos de IED. E para além, evidenciar que ao privilegiar o setore de Serviços, os postos de empregos criados, são de baixa qualidade, produtividade e remuneração, os quais acabam por implicar no reforço das desigualdades existentes no país, reforçando estruturas já existentes e não promovendo qualquer transformação social.

Gráfico 5 - Regressos de investimentos diretos no país – Participação no capital



Fonte: elaborado pela autora, dados extraídos do BACEN.

A participação do Brasil no movimento de internacionalização das firmas, evidencia o quanto a economia brasileira esteve envolvida com as demais economias. Como já evidenciado nas seções anteriores, os IED se intensificaram tanto mundialmente como no Brasil, a partir dos anos 90, devido à crescente onda de abertura econômica dos países, e devido também ao processo de privatizações de diferentes segmentos da economia brasileira. As empresas multinacionais, se configuraram neste cenário, como as principais precursoras desse movimento, as quais passaram a expandir suas capacidades produtivas para além de seus territórios, buscando por novos mercados e acesso de mão de obra barata, se inserindo nessas economias por meio de projetos *greenfield* e *brownfield* (ANDRADE, FILHO, LEITE, 2017).

Os investimentos *greenfields* seriam aqueles voltados para projetos que previssem a construção de novas plantas produtivas e que para além se expandisse e modernizasse as plantas já existentes. Já os investimentos de tipo *brownfield* se refeririam aqueles nos quais o capital representaria a aquisição das plantas industriais já existentes, ocorrendo a transferência de propriedade, e não gerando necessariamente, aumento de produção e emprego. Como pode ser observado no Gráfico 1 o crescimento anual dos fluxos de IED para o país foram substanciais, mas a partir do ano de 2012 começa haver retração no potencial de atração desses investimentos. As principais causas dessa reversão se devem a um conjunto de fatores tais quais: “i) deficiências na infraestrutura; ii) entraves da legislação brasileira à atuação de agentes estrangeiros no país; iii) sistema jurídico ineficiente e excessivamente custoso; iv) carga tributária excessiva e institucionalmente complexa; e v) recorrentes crises macroeconômicas e políticas [...]” (ANDRADE, FILHO, LEITE, 2017, p.326).

A despeito desses entraves, o Brasil apresentou uma performance significativa enquanto um dos maiores receptores de IED do mundo. A atração desses investimentos tornou-se viável sobretudo devido a pontos positivos que eram de interesse das grandes corporações, características tais como possuírem um significativo mercado consumidor e oferta de mão de obra barata e também especializada, dado sua vasta extensão territorial; possuir em abundância recursos naturais; além de oferecer uma base industrial bastante heterogênea. Quanto aos tipos de investimento, os projetos *greenfield* se direcionavam sobretudo para regiões sudeste e sul, dada sua maior disponibilidade de infraestrutura, capital humano e também de serviços públicos. As demais regiões acabam por se especializar sobretudo na exploração de commodities viabilizando a maior atração de investimentos do tipo *brownfield* (ANDRADE, FILHO, LEITE, 2017).

No que se refere aos condicionantes institucionais, analisa-se as políticas que tornaram possível a atração do IED para o Brasil. O interesse das empresas estrangeiras, se voltam ao Brasil devido ao modelo brasileiro de desenvolvimento, que apresenta regras claras e também um judiciário independente, o qual regula de maneira objetiva as atividades produtivas estrangeiras no território. Comumente, as empresas são atraídas devido ao favorecimento tributário que no decorrer da década foi melhorando e diminuindo substancialmente as barreiras que antes existiam. As atividades produtivas anseadas no Brasil eram caracterizadas por serem pouco complexas, de modo que, se restringiam a etapas de produção como montagem e distribuição. Essas atividades apesar de gerarem emprego, incentivam pouco a inovação do país de modo que acabavam por condicionar a economia brasileira a se estabelecer de forma subordinada as demais economias, visto que não ganha folego para se inserir de maneira mais elaborada e por consequência vantajosa nas novas cadeias globais de valor (ANDRADE, FILHO, LEITE, 2017).

A atração de investimento estrangeiro, para além da facilidade decorrente do processo de privatizações de diferentes segmentos produtivos, também encontrou incentivos em leis direcionadas a determinados segmentos do setor produtivo e de serviços. Dessa forma, algumas mudanças legislativas no decorrer dos anos contribuíram para atração dos investimentos, tais como a “Lei do petróleo” - Lei n. 9.478/1997 – a qual instituía no ano de 1997 o fim do monopólio estatal referente as atividades petrolíferas, permitindo que diferentes empresas privadas pudessem ter acesso, a exploração e transportes desse bem. No mesmo ano, houve também a “Lei das Telecomunicações” - Lei n. 9.472/1997 – sofrendo o setor de comunicações mudanças significativas as quais permitiram a inserção de empresas estrangeiras nesse segmento. De modo que, hoje, o setor de telefonia é majoritariamente controlado por empresas estrangeiras como exemplo as marcas Claro, Vivo, Tim, Oi e Nextel (ANDRADE, FILHO, LEITE, 2017).

Por outro lado, a busca pela atração dos IED pelas empresas brasileiras se devia principalmente a defasagem tecnológica enfrentada na região. Desse modo os investimentos estrangeiros se apresentavam como alternativa para que as empresas conseguissem adquirir capacidades competitivas para se manterem no mercado altamente competitivo que havia surgido em decorrência da abertura comercial. Para além os IED possibilitavam a ampliação em escala de produção, se apresentando enquanto recursos financeiros técnicos necessários, os quais as empresas nacionais não dispunham. Nas empresas para as quais os IED se destinavam, o acesso ao mercado internacional de capitais tornava-se facilitado dada a melhoria de

performance adquirida. Portanto, a principal força propulsora do Brasil a partir dos anos 90 se deveu pelo aumento dos fluxos de Investimentos Diretos Estrangeiros. No entanto, importante salientar a tendência do comportamento dos IED que é seu direcionamento para empresas já instaladas, de forma que ao se direcionarem para o Brasil, os investimentos estrangeiros não criavam novas plantas produtivas. Esse comportamento, para as contas externas era ruim devido ao fato de gerar menos divisas para o país e incorrer no aumento das remessas de lucros ao exterior (ZOCKUN, 2000).

Observa-se assim, que mesmo o Brasil apresentando deficiências econômicas e institucionais significativas que acabaram em certos períodos contribuindo para a retração dos investimentos internacionais, o potencial do país ainda atrai a atenção dos investidores. Desse modo, ao realizar abertura comercial o país abriu precedentes para o fomento das privatizações e consolidação das empresas estrangeiras no país. No entanto, tem-se que esses fluxos se direcionaram para a exploração de recursos primários, levando a uma especialização produtiva brasileira acentuando a submissão da economia brasileira as demais economias desenvolvidas que passam a ditar as novas regras do intercâmbio internacional. O reforço da “vocalização primária” brasileira se deu em decorrência dessa especialização, dificultando a evolução produtiva do país. (ANDRADE, FILHO, LEITE, 2017).

2.3 A desnacionalização da economia no Brasil: implicações da atração de capital estrangeiro.

O aumento dos fluxos mundiais de capitais foi possibilitado devido principalmente ao desenvolvimento do processo de globalização, tendo os investimentos estrangeiros diretos se destacado principalmente a partir dos anos 80 devido à grande onda de desregulamentação e internacionalização da produção. O processo de globalização no entanto, acabou por gerar uma tendência contra intuitiva ao termo, gerando concentração das atividade econômicas ao invés de torna-las globais. Os processos que possibilitaram o aumento dos fluxos dos IED se deveu a crescente abertura dos mercados e o aumento da interdependência das economias, o que fez com que as trocas entre os países se elevassem, tanto em trocas de bens manufaturados como posteriormente de capitais. Dessa forma, ao se multiplicarem os fluxos, a troca de recursos entre as economias possibilitou o deslocamento também das atividades econômicas das empresas que passam a buscar outros países, gerando uma segmentação produtiva, evidenciando o novo

movimento de extensão dessas empresas para além de suas fronteiras nacionais (SANTOS, 2001).

“Cada vez mais um número menor de instituições controla uma percentagem cada vez maior do mercado. O realinhamento de estratégias faz-se por via de uma crescente concentração.” (SANTOS, 2001, p.22). Por consequência, o funcionamento do mercado passa a ser reorientado sob novas regras, as quais marcadas por um cenário internacional competitivo, se direcionam para alianças estratégicas e fomentam o processo de fusões e aquisições de outras empresas. Objetivando o aumento dos lucros, e manterem-se em no patamar de liderança e influencia, as empresas tendem a desenvolver estratégias que protejam seus interesses e defendam suas posições estratégicas. As aquisições passam a ser, desse modo, um instrumento para o controle de custos além de objetivar a obtenção de economias de escala, incorrendo na prevista segmentação produtiva. O objetivo das empresas desse modo, passa a se concentrar em fortalecerem sua capacidade competitiva e em decorrência resguardar seu poder de influência mundial, acabando por impactar e reconfigurar os setores das economias as quais se direcionam, tornando-as especializadas. (SANTOS, 2001).

Desse modo, observa-se que a intensificação do processo de globalização e internacionalização das empresas passam a reforçar “agrupamentos geográficos de produção” fazendo com que a subordinação das economias em desenvolvimento para com as economias já desenvolvidas fosse reforçada, passando a designar as especializações necessárias aos seus segmentos produtivos. Dessa forma, evidencia-se que o processo de globalização acaba por fazer com que os mercados se segmentem e se especializem, o que acaba por concentrar determinados mercados, dado o poder adquirido pelas grandes corporações, frente suas vantagens comparativas. Logo, as empresas passam a ditar os caminhos a serem traçados pelas diferentes economias, seu poder de influência e reforçando as relações desiguais entre os países.

A atração dos fluxos de IED para o Brasil após a década de 90, reforçou a tendência do país em se especializar em bens de baixo valor agregado, voltando-se para setores intensivos em trabalho e com predominância na exploração de recursos naturais. A característica de dependência da economia brasileira pelos produtos primários é reforçada e não foi superada com o processo de industrialização nacional devido ao fato de que a alta participação dos IED na economia, os quais devido a seu movimento interessado acabou por condicionar a especialização em segmentos de interesse dos países desenvolvidos e não as necessidades do Brasil. Dessa forma, entre outros fatores, a atração do capital estrangeiro fez com que a economia brasileira se voltasse ao objetivo de atender as aspirações dos países investidores em

detrimento daqueles objetivos necessários ao país, reforçando ainda mais a condição dependente do Brasil (NASCIMENTO, 2011).

Os fatores que levaram ao processo de desnacionalização da economia brasileira estiveram relacionados a: i) baixa poupança interna; ii) incidência em setores não exportadores; iii) venda de empresas de capital nacional para os estrangeiros. A tendência de baixa da poupança interna começou a se evidenciar na queda da inflação em 1994, a qual passou a redistribuir a renda elevando o consumo nacional. Dessa forma, apesar de evidenciar um aumento da participação das classes baixas no mercado consumidor os níveis de poupança reduziram exponencialmente, comprometendo os recursos disponíveis do país, fazendo com que fosse necessário para a manutenção do funcionamento da economia a atração de uma “poupança externa” por meio da captação dos investimentos estrangeiros. Ao se direcionar para setores não exportadores como o de serviços privados – telecomunicações, transporte e energia elétrica - e ao financeiro, o Brasil se insere na tendência mundial de privilegio do setor terciário o qual não implica em geração significativa de produtos a serem exportados (ZOCKUN, 2000).

Para além do setor terciário não ser significativamente exportador, apresentava-se também como setor de baixa relação capital/trabalho, de modo que o estoque de capital necessário para a geração de emprego teria que ser quase três vezes maior do que se fosse destinado ao setor industrial. O terceiro aspecto quanto a venda de empresas de capital nacional para os estrangeiros, é o que evidencia a transferência de propriedade das empresas, de modo que os investimentos ao inserirem nas empresas brasileiras estariam apenas mudando sua propriedade não incorrendo em aumento sobre o produto. A principal munição que se apresentou contra o processo de desnacionalização foram os temores pertinentes quanto a deterioração das contas externas do país, uma vez que ao se direcionarem para setores não exportadores, e por apresentarem um volume significativo de remessa de lucros e dividendos, o saldo tendia a tornar-se cada vez mais negativo (ZOCKUN, 2000).

A estrutura produtiva brasileira, desse modo, teve sua condição dependente reforçada pelos fluxos de IED uma vez que não atendeu as expectativas otimistas que viriam em decorrência da maior atração do capital estrangeiro e maior participação das empresas estrangeiras no país, como era esperado com a modernização da indústria nacional, além de uma maior absorção de conteúdo tecnológico, os quais possibilitariam uma inserção do Brasil de forma mais efetiva no comércio internacional. O fato é que, a “dependência estrutural de commodities” fora reforçada pelos fluxos, indo em direção contrária à expectativa de superação

desse quadro histórico mesmo após a abertura comercial, e à elevada atração dos fluxos de IED. Tem-se por conclusão, que os IED não ajudaram a superar os gargalos competitivos da economia brasileira, e em contrapartida fez com que as condições da restrição e vulnerabilidade externa fossem reforçadas (NASCIMENTO, 2011).

Dado o comportamento setorizado desses investimentos as implicações frente a configuração da inserção internacional das economias se fazem notórias devido a especialização das economias.

Nesse sentido, o Brasil apresenta duas características que se sobressaem na visão dos investidores estrangeiros: primeiro, o país figura como um tradicional exportador de *commodities*, sobretudo soja, minério de ferro e petróleo; segundo, possui um amplo e vibrante mercado consumidor, cujo comportamento representa a face mais visível do seu desempenho econômico. Essa identidade também se reflete no investimento estrangeiro recebido pelo país: há uma concentração de projetos em segmentos industriais considerados “pontas de produção”, ou seja, correspondentes ao início ou ao final das cadeias produtivas (ANDRADE, FILHO, LEITE, 2017, p.329).

Dessa forma, observa-se a tendência da especialização da economia brasileira, padrão esse também verificado em outras economias emergentes. As grandes corporações acabariam por escolher os países que atendessem melhor seus interesses frente a segmentação das etapas produtivas, dada suas vantagens de custos, e em decorrência disso, induziria o país a se dedicar a etapas de produção específicas. Entre os anos de 2003 e 2014, a tendência observada foi a de que os investimentos do tipo *greenfield* privilegiaram setores industriais que se voltavam para exportação de bens primários incidindo sobretudo, sobre os segmentos de mineração e siderurgia, extraíndo sobretudo carvão, petróleo e gás natural. Para além, os projetos voltados para o suprimento do mercado interno tais como o setor automotivo, de telecomunicações e serviços financeiros também foram substancialmente privilegiados. (FDI Markets *apud* ANDRADE, FILHO, LEITE, 2017)

A tendência observada frente ao privilegio dado pelos IED ao setor de serviços, e a consequente especialização produtiva brasileira em segmentos de baixo valor agregado nas novas cadeias globais de valor, reafirma a discussão estruturalista Cepalina que expõe a importância do papel desempenhado pelas estruturas no crescimento e desenvolvimento do país. Ao atribuir ao emprego a principal via para a inclusão social, faz necessário discutir a estrutura que reforça as condições de postos de trabalho de baixa qualidade, e como isso impede que o país aspire por níveis de bem-estar mais elevados, dado ao privilegio atribuído pelos investimentos estrangeiros a setores já concentrados.

O anseio pela mudança estrutural nos países americanos e por consequência no Brasil seria necessária dada a estrutura produtiva fragilizada pela especialização em produtos primários. As diferentes assimetrias entre os países em desenvolvimentos e os desenvolvidos são reforçadas devido a disparidade das capacidades tecnológicas e do baixo desenvolvimento de setores intensivos em conhecimentos. Essa condição é reforçada dada a não mudança estrutural incorrendo na perpetuação de uma condição subordinada e dependente e que pouco contribui para transformação social, reforçando as desigualdades entre os indivíduos. A mudança estrutural seria ansiada uma vez que, promoveria o fortalecimento de outros setores, os quais poderiam promover uma maior eficiência além de promover efeitos agregados em todo sistema econômico (CEPAL, 2012).

Um dos principais elementos a serem impactados pela mudança estrutural seria o emprego. Ao as economias em desenvolvimento apresentarem uma forte heterogeneidade produtiva, impacta-se diretamente a força de trabalho ao implicar em condições de alta informalidade, baixa produtividade, incorrendo negativamente na distribuição de renda. Na promoção da mudança estrutural a diversificação produtiva promoveria a criação de novos setores e atividades, a reserva de trabalhadores seria absorvida e se geraria empregos melhores remunerados, mais produtivos, e por consequência de maior qualidade. Uma economia mais diversificada reduziria a exposição ao risco, tendo condições múltiplas de crescimento com menores flutuações tanto do emprego, como de produto, salário e comércio. A busca por melhor eficiência implicaria em taxas de crescimentos altas e consequente redução da brecha tecnológica (CEPAL, 2012).

Entretanto as características do Brasil como dos demais países-latino americanos, se configuram enquanto heterogêneas e de um nível de desigualdade expressivo dada as estruturas consolidadas:

Duas características distintivas da estrutura econômica e social da região são a alta heterogeneidade da estrutura produtiva e os elevados níveis de desigualdade em diversos âmbitos, que costumam ser resumidos em elevados índices de desigualdade da renda. A heterogeneidade estrutural se caracteriza pela coexistência em uma mesma economia de setores altamente produtivos junto com o grande peso relativo dos setores de baixa produtividade. Neste marco, se configura nos países da região uma matriz exportadora primarizada e pouco diversificada, com o consequente efeito sobre a estrutura produtiva. (CEPAL, 2012, p.49)

O que se observa na maioria dos países latino-americanos, é um “círculo vicioso” que implica em baixa expansão do produto, incorrendo em um baixo crescimento do emprego,

estagnando a produtividade, incorrendo em significativas diferenças tecnológicas e de renda. Essas economias estariam expostas aos choques externos devido sua estrutura produtiva especializada. A economia brasileira, desse modo, está vinculada a poucas matérias-primas, estando dependente dos preços impostos pelo mercado internacional se sujeitando a alta volatilidade do mesmo, condicionando e deteriorando as capacidades de crescimento. Nesse sentido a atividade econômica brasileira, bem como o emprego, é dependente das condições externas favoráveis para prosperar dada a estrutura produtiva vigente a qual é reforçada continuamente pelos fluxos direcionados de IED (CEPAL, 2012).

CAPÍTULO 3 - DESCOMPASSO ENTRE OS FLUXOS DE IED E A MITIGAÇÃO DA DESIGUALDADE

Este capítulo dedica-se a análise da tendência evidenciada pelos indicadores do aumento da desigualdade social no Brasil, reforçada continuamente pela concentração de renda e elevada taxa de desemprego e desalento. Com esse objetivo, serão utilizadas bibliografias cujo estudo volta-se para o entendimento de como o mercado de trabalho atua enquanto transformador das desigualdades e através dos resultados apresentado pelo trabalho desenvolvido pelo IBGE que é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, (PNAD Contínua) a qual se dedica a organização de informações necessárias ao estudo do desenvolvimento econômico do país, de forma a evidenciar as características do atual mercado de trabalho brasileiro. A organização desses dados, contribui para a correlação estabelecida entre mercado de trabalho e desigualdade social e concentração de renda. Esses dados corroboram para o entendimento de como os fluxos de IED ao se destinarem a setores específicos da economia, acabam por reforçar a tendência do aumento da desigualdade.

3.1 Alguns dos determinantes da desigualdade no Brasil

A estratégia de desenvolvimento adotada pelo Brasil a partir da década de 90, ao estabelecer vias para uma maior abertura comercial a qual se alicerçou sobre uma liberalização financeira como também comercial, acabou por reforçar as características de um mercado de trabalho desigual, calcado principalmente na recorrência da super-exploração do trabalho. Nesta nova fase do sistema capitalista, a lógica produtiva é sobreposta pela lógica especulativa abrindo espaço para a lógica neoliberal se consolidar enquanto nova forma histórica de

dependência do Brasil frente aos países em desenvolvimento. Dessa forma, com a abertura da economia como também por vias da atração de um fluxo maior de IED com objetivo de dar continuidade ao processo de acumulação de capital por meio das vias da super-exploração do trabalhador, a tendência observada é da recorrente precarização do trabalho brasileiro, decorrente do aumento das jornadas de trabalho correlatas também a redução da média salarial (AMARAL, 2006).

No tocante ao tema da desigualdade de renda, busca-se compreender os impactos diretos que essa assimetria tem sobre o bem-estar social a medida que os indivíduos da sociedade buscam por melhores condições de vida. Entende-se por desigualdade de renda, a desigualdade de resultados, e para medir essa desigualdade, comumente se utiliza a razão entre a proporção de renda, atribuída aos 10% mais ricos em contraposição à renda apropriada pelos 40% mais pobres. Através dessa proporção, ao analisar os países com mais alto nível de desigualdade, observa-se que em média, a renda de um indivíduo entre os 10% mais ricos, tende a ser até 10 vezes mais do que a observada para o indivíduo que se insere no outro extremo. Esse percentual, aumenta ou diminui de acordo com o país analisado, como exemplo, a Holanda apresenta em média uma diferença de quatro vezes mais quando comparado os extremos, já no caso do Brasil, a ordem dessa multiplicação já chegou a ser até 30 vezes maior do que a renda daquele cidadão que se encontra entre os 40% mais pobres (BARROS, MENDONÇA, 1995).

Dessa forma, observa-se a tendência do Brasil em se posicionar com nível de destaque entre os países com maior grau de desigualdade a nível mundial. É relevante, por conseguinte, a análise de que essa desigualdade de renda, é decorrente da significativa concentração de renda entre os 10% mais ricos. A renda per capita dos mais ricos continua a se elevar, evidenciando que além da desigualdade entre as camadas da sociedade serem elevadas também é crescente. Em retrospecto, observa-se que o crescimento das desigualdades nas diferentes décadas tiveram natureza distinta, evidenciando que dependendo do contexto analisado diferentes podem ser as causas que reforçam ou condicionam essa tendência desigual de renda. Dessa forma os estratos da sociedade sofrem impactos diferentes, mas sempre na tendência de aumento das disparidades entre eles (BARROS, MENDONÇA, 1995).

Dessa forma, observa-se que para além das desigualdades serem destruídas e construídas, elas também são transformadas em outras formas diferentes de desigualdade, de modo que, atribui-se a diferentes “atores” influência sobre a condição desigual verificada. Assim, diferentes instituições podem ser responsabilizadas por essa tendência, como exemplo o próprio mercado de trabalho. O mesmo tem se apresentado segmentado, vez que, o diferencial

de salários entre os trabalhadores passa a beneficiar os setores formais em detrimento dos informais. As dotações são as principais características que passam a justificar a diferença de renda atribuída aos diferentes setores, de modo que os trabalhadores sem carteira assinada passam a representar aqueles de menores níveis salariais, e menor qualificação. No entanto, mesmo ao analisar indivíduos semelhantes, inseridos em setores distintos, constata-se que aqueles alocados em segmentos informais recebem um retorno menor a seus atributos quando comparados aos formais. (TANNURI-PIANTO, PIANTO 2002 *apud* ULYSSEA, 2005).

A discriminação salarial entre os prestadores de serviços, desse modo, passa a acontecer principalmente via alocação, na qual, mesmo os indivíduos apresentando produtividades idênticas possuem oportunidades distintas de inserção. Mas também ocorre, via critério de produtividade, vez que aqueles trabalhadores menos produtivos serão alocados a setores de menor importância, à medida que os mais produtivos podem ter a chance de serem melhores alocados – o que também não se garante só pela qualidade de serviços oferecidos dada as diferentes discriminações encontradas. Desse modo, tem-se que a divisão no mercado de trabalho, passa a acontecer via três segmentos distintos: i) empregados sem carteira assinada (informal) ii) empregados com carteira assinada (formal) e iii) trabalhadores por conta própria (BARROS, MENDONÇA, 1995).

No segmento informal, os empregados estão sujeitos a níveis salariais mais baixos, dado que os setores que possuem uma remuneração mais elevada como a indústria, possui vínculos formais com seus empregados, já o setor de serviços, caracterizado pela sua maior informalidade, comumente atribui salários menores a seus vinculados. Desse modo, a correlação entre produtividade e instrução dos indivíduos também se faz necessária, de modo que o setor de serviços também é caracterizado por absorver aqueles indivíduos com níveis de escolaridade menos desenvolvidas. Assim sendo, o nível educacional brasileiro, é responsável também por implicar em uma desigualdade salarial entre os indivíduos. Em conclusão, observa-se que o Brasil, além de possuir níveis de desigualdade salariais substanciais, também possui um alto grau de desigualdade frente ao acesso e incentivo a educação, e esses fatores se correlacionam, dado que a sensibilidade dos salários é notória quando correlata o nível de instrução do trabalhador (BARROS, MENDONÇA, 1995)

3.2. Características do atual mercado de trabalho brasileiro - PNAD Contínua 2012-2019

O mercado de trabalho brasileiro já em 1980 evidencia a tendência à informalidade. Segundo dados disponibilizados pela PNAD os trabalhadores sem carteira assinada nesse período já quase totalizavam 30% da população ocupada. No intervalo de dez anos, esse percentual aumentou em dez pontos percentuais. A importância de se discutir o aumento do setor informal no mercado de trabalho brasileiro vai ao encontro da análise sobre a segmentação desse mercado. Essa segmentação permite a compreensão de como se relaciona os diferentes fatores como os diferenciais de salários, os diferentes grupos de trabalhadores privilegiados e o tipo de vínculo estabelecido – formal e informal. O estudo desenvolvido implica no entendimento de que os empregos formais tornam-se cada vez mais escassos, à medida que passam também a estabelecer barreiras à entrada tais como discriminação tanto por gênero e raça. Nesse cenário, indivíduos igualmente produtivos passam a receber salários distintos quando analisados os setores em que se alocam (ULYSSEA, 2005).

O ano de 2014 passa a ser o marco da reorientação do otimismo antes verificado no cenário brasileiro quanto a redução da desigualdade social no Brasil. No período, verificou-se a interrupção da geração de empregos formais, caracterizados pelo regime da CLT, os quais abrem espaço para a acentuação do desemprego e a eclosão da crise do mercado de trabalho. Com o aumento do desemprego, em 2015 o número dos desalentados – aqueles que abandonam as tentativas de conseguir realocação no mercado de trabalho – também aumentou substancialmente. Desse modo, a reversão se deu pelo aumento substancial tanto de desocupados, como de desalentados, os quais passam a implicar em um contingente muito grande de indivíduos sem quaisquer tipos de rendimento proveniente do trabalho, o que acaba por implicar significativamente no aumento da desigualdade, dado ao acúmulo de soma de rendimentos zero na base da distribuição (BARBOSA, 2019).

Em decorrência desse cenário, em 2017 o aumento do mercado informal passa a apresentar importante expansão em detrimento do setor formal. A desigualdade de renda nesse cenário, inevitavelmente voltou a subir, incorrendo numa clara reversão dos índices que apontavam para uma redução cada vez maior das desigualdades entre os indivíduos do país. Apesar dos índices ainda assim serem altos se comparados a outras regiões do mundo, a tendência que antes era positiva também encontra limites e volta a apresentar declínio. Dessa forma, os patamares distributivos atingidos em 2019, correspondem àqueles observados a doze anos atrás evidenciando um retrocesso significativo em relação à superação das desigualdades

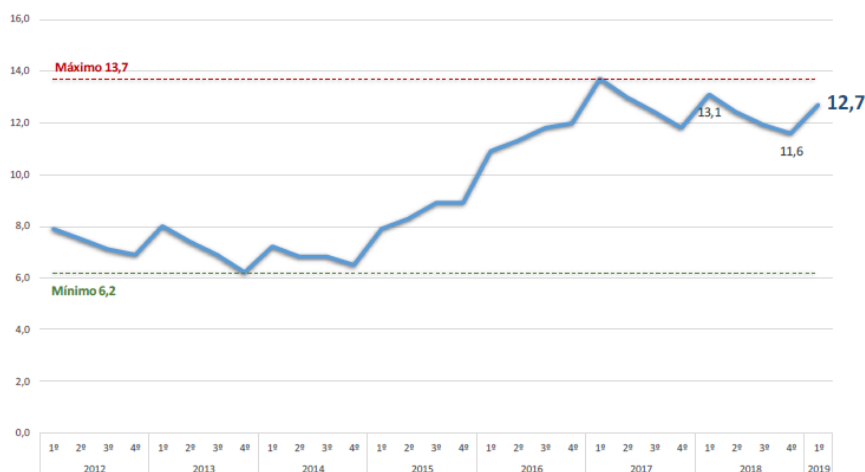
no país. Evidencia-se assim, que os fatores que estavam associados à melhora da distribuição de renda do trabalho ainda não encontravam-se maduros o suficiente, e a reversão da conjuntura do país no ano de 2014 acabou por induzir a tendência verificada nos anos de maior desigualdade (BARBOSA, 2019).

Por um lado, o desemprego e o desalento se constituem como os responsáveis pelo aumento da desigualdade, mas por outro, as disparidades entre os trabalhadores passa a se reafirmar como principal fator para esse aumento. Essas disparidades se consolidam devido principalmente à redução dos direitos antes adquiridos pelo setor formal, de modo que ao passo que perde espaço no mercado de trabalho, os benefícios e direitos tornam-se cada vez mais escassos e também mais concentrados. Desse modo, até 2014 a tendência era de queda quanto à desigualdade entre os trabalhadores, no entanto a tendência é revertida irrompendo em um aumento significativo do desemprego e do aumento da concentração de renda (BARBOSA, 2019).

A informalidade, passa a ter um papel dual, dado que a condição informal dos trabalhadores é a principal causa da disparidade de renda entre os trabalhadores, no entanto, sem o trabalho informal vários indivíduos não possuiriam a possibilidade de obter seus rendimentos, dessa forma, a renda desigual e instável proporcionada pelo setor informal é preferível do que a ausência de rendimentos, fato esse que passa também a justificar o crescente aumento do setor. Por consequência, o setor informal, é caracterizado pela instabilidade, atribuindo menos proteção ao trabalhador além de ser menos produtivo, concomitante a esse processo os postos de trabalho formais tornam-se cada vez mais escassos contribuindo para o aumento da desigualdade verificada (BARBOSA, 2019).

Os gráficos para análise a seguir foram extraídos da apresentação dos dados do primeiro trimestre de 2019 da PNADC. Os mesmos contribuem para o encerramento da pesquisa ao evidenciarem a tendência do mercado de trabalho brasileiro e sua relação com o aumento das desigualdades observados nos últimos anos.

Gráfico 6: Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência (em %) - Brasil



Fonte: extraído da apresentação PNADC 2019, p.16 .

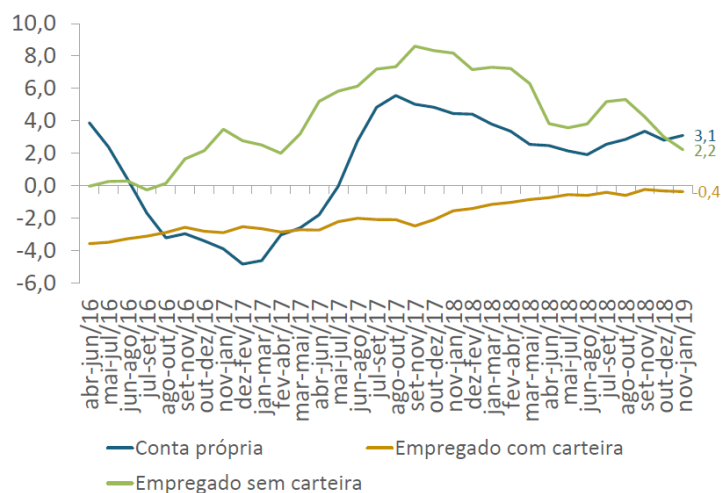
O mercado de trabalho brasileiro, voltou a apresentar baixo dinamismo, devido principalmente a alta taxa de desocupação, associados ao lento progresso da economia do país. Como evidencia o Gráfico 6, a taxa de desocupação desde do ano de 2014 mantém a tendência de alta reforçando uma taxa de desemprego alta e persistente. Associada a alta taxa da população desocupada, o tempo de permanência das pessoas na condição de desemprego também vem aumento significativamente (LAMEIRAS. *et al*, 2019).

Quanto às características da população desocupada, observa-se que em relação ao gênero, as mulheres ainda continuam a ser aquelas que encontram maior dificuldade de se inserirem no mercado de trabalho. Quanto à raça, os indivíduos pretos e pardos constituem quase 40% de toda a população desocupada, encontrando dificuldades maiores do que os de cor branca. E quanto ao nível de instrução, observa-se que a taxa de desemprego é mais substancial nos segmentos de menor escolaridade, evidenciando o fato que o cenário é mais favorável aqueles indivíduos que possuem um nível de escolaridade mais elevada, tais como ensino superior completo e médio completo, os quais apresentam desempenhos melhores.

Quanto aos trabalhadores que conseguem se inserir no mercado de trabalho tem-se que essa inserção tem acontecido cada vez mais por vias da informalidade. Os dados evidenciam que a população ocupada tem expandido em baixa progressão o que causa efeitos significativos no lento recuo da taxa de desocupação, e quando esse crescimento ocorre é devido ao mercado informal e também pelo aumento do contingente de trabalhadores por conta própria. Desse forma, observa-se uma alta correlação entre o dinamismo do mercado informal e a taxa de desocupação, relação essa que pode ser observada devido à perda de intensidade do emprego

sem carteira, com a volta do crescimento do total de desocupados. Já os postos de trabalho através do emprego formal mantiveram níveis mais constantes e pouco expressivos, sendo pouco responsáveis pela superação da condição de desemprego e por consequência do aumento do nível de desigualdade (LAMEIRAS. et al, 2019).

Gráfico 7: Ocupação por tipo de vínculo - Taxa de variação interanual (Em %)



Fonte: extraído de LAMEIRAS. et al, 2019, p. 10.

Concomitante ao aumento da taxa de desocupados, do emprego informal, a taxa de desalento e da subutilização da população também se elevou substancialmente. A população desalentada, é aquela classificada como força de trabalho potencial mas que não consegue se inserir no mercado e por isso o deixam de tentar. Aqueles que ainda se inserem, se inserem de forma sub-ótima constituindo a parte da população subutilizada. A subocupação se caracteriza pela insuficiência de horas trabalhadas, das quais os indivíduos disporiam de maior parte de seu tempo se possível fosse, mas o mercado não oferece tais oportunidades. Desse modo, o desalento e a subutilização passam a compor o mercado de trabalho brasileiro já pouco otimista (LAMEIRAS. et al, 2019).

Ao analisar os vínculos empregatícios por grupamentos de atividades, observa-se que aqueles do setor de serviços, são os que apresentaram maior taxa de crescimento na exceção somente dos serviços domésticos. Dos setores observados, somente a agricultura, os serviços de educação e saúde e os da administração pública tiveram saldo positivo no vínculo dos trabalhadores com carteira, os demais setores tiveram os postos de trabalho relacionados ao vínculo sem carteira ou por conta própria. A tendência que se observa, mais uma vez, ao analisar

os dados disponibilizados pela PNADC é a de que o aumento da população ocupada ocorre cada vez menos por meio dos vínculos formais.

Tabela 1: PNADC - População ocupada por setores

(Taxa de variação interanual, em %)

	1º Trim-17	2º Trim-17	3º Trim-17	4º Trim-17	1º Trim-18	2º Trim-18	3º Trim-18	4º Trim-18
Agricultura	-8,0	-8,1	-4,4	-5,1	-2,3	-1,8	1,6	-0,1
Indústria de transformação	-2,9	0,8	2,1	4,6	2,0	1,2	0,3	-1,2
Construção civil	-9,5	-9,2	-3,8	-1,9	-4,1	-2,5	-1,2	-1,7
Comércio	-1,3	0,0	2,4	1,2	1,5	-0,1	0,1	-0,5
Administração pública	-3,1	-3,1	-2,9	-5,3	1,6	0,4	-0,1	-0,6
Transporte e Correios	10,3	2,9	2,6	-1,0	2,3	0,6	-0,3	4,3
Alojamento e Alimentação	11,0	12,9	12,0	8,7	5,7	2,6	2,6	2,8
Intermediação financeira, Imobiliária e Serviços à empresas	2,5	1,4	5,1	4,2	1,3	0,9	1,1	2,1
Saúde e Educação	-1,4	-0,4	2,0	2,9	3,8	5,2	4,7	5,5
Outros serviços	2,1	7,8	5,0	8,7	10,4	6,0	8,9	5,4
Serviços domésticos	-2,9	-2,9	0,4	4,2	2,5	1,6	0,8	-2,1

Fonte: extraído de LAMEIRAS. et al, 2019, p. 13.

Tabela 2: Ocupação por setor de atividade e posição na ocupação - PNADC 4º trimestre de 2018.

(Taxa de variação interanual, em %)

	Taxa de variação interanual (%)		
	Com Carteira	Sem Carteira	Conta Própria
TOTAL	-0,5	1,8	2,8
Agricultura	1,6	1,1	-2,2
Indústria Transformação	-1,5	-4,8	3,4
Indústria Extrativa	-7,3	6,3	-13,1
SIUP	-2,2	-8,8	21,8
Construção Civil	-4,2	-1,1	-1,0
Comércio	-0,7	0,1	-0,9
Ind. Fin, Imobiliária e Serv à empresas	-0,3	9,4	5,2
Transporte e correios	-3,0	9,9	14,1
Serviços Pessoais	-6,1	7,6	7,6
Adm Pública	0,9	-5,8	---
Saúde e Educação	2,9	9,2	21,9
Alojamento e Alimentação	-1,4	8,8	1,6
Serviços Domésticos	-5,0	-1,0	---

Fonte: extraído de LAMEIRAS. et al, 2019, p. 14.

Em conclusão as características do mercado de trabalho brasileiro supracitados, desembocam em um aumento substancial da desigualdade e concentração de renda. Dessa forma, esta última subseção expõe a correlação dos microdados levantados pela PNADC se correlacionam com o aumento do Índice de Gini, o qual apresenta aumento substancial desde o ano de 2016. O Gráfico 8, evidencia que a desigualdade de rendimentos torna-se ainda mais significativa quando analisada a renda domiciliar. Quanto a concentração de renda, as Tabelas 3 e 4, evidenciam que: “no quarto trimestre de 2014 a renda domiciliar do trabalho da faixa de

renda alta era 27,8 vezes maior que a da faixa de renda muito baixa, no último trimestre observado, a renda domiciliar da faixa mais alta era 30,3 vezes maior.” (LAMEIRAS. et al, 2019, p. 20).

Tabela 3: Renda mensal domiciliar - por faixa de renda.

(Em R\$)

Faixa de renda	Renda domiciliar (R\$ jan/2009)	Renda domiciliar (R\$ nov/2018)
Renda muito baixa	menor que R\$ 900,00	menor que R\$ 1.601,18
Renda baixa	entre R\$ 900,00 e R\$ 1.350,00	entre R\$ 1.601,18 e R\$ 2.396,57
Renda média-baixa	entre R\$ 1.350,00 e R\$ 2.250,00	entre R\$ 2.396,57 e R\$ 4.002,96
Renda média	entre R\$ 2.250,00 e R\$ 4.500,00	entre R\$ 4.002,96e R\$ 7.948,68
Renda média-alta	entre R\$ 4.500,00 e R\$ 9.000,00	entre R\$ 7.948,68e R\$ 16.011,84
Renda alta	maior que R\$ 9.000,00	maior que R\$ 16.011,84

Fonte: extraído de LAMEIRAS. et al, 2019, p. 18.

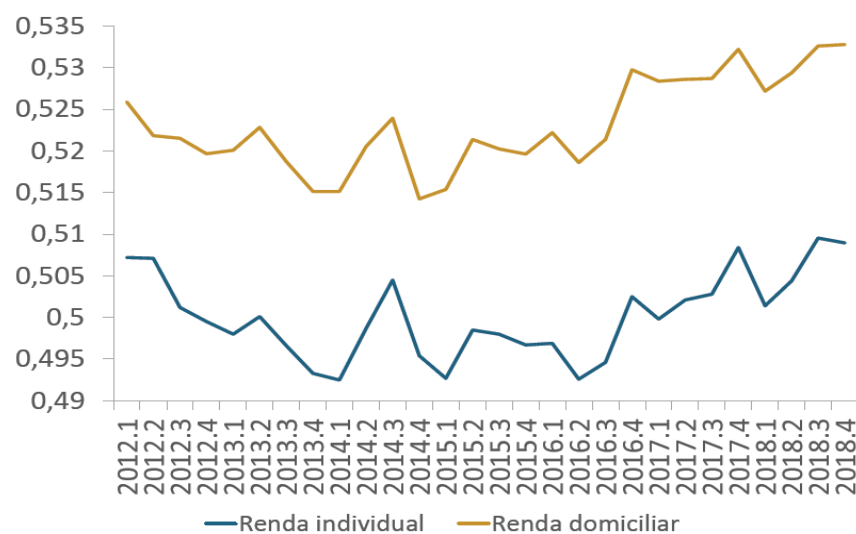
Tabela 4: Proporção de domicílios por faixa de renda proveniente do trabalho

(Em %)

Faixa de renda	4º tri 2013	4º tri 2015	4º tri 2017	4º tri 2018
Sem renda do trabalho	18,6	19,9	21,5	22,2
Renda muito baixa	27,5	28,4	29,8	30,1
Renda baixa	14,2	15	12,1	11,4
Renda média-baixa	17,3	16	16,5	17,7
Renda média	14,6	13,6	13,2	12,3
Renda média-alta	5,5	5	4,9	4,5
Renda alta	2,2	2,3	2	2,1

Fonte: extraído de LAMEIRAS. et al, 2019, p. 19.

Gráfico 8 - Índice de GINI: Desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos



Fonte: extraído de LAMEIRAS. et al, 2019, p. 20.

A análise dos dados da PNADC 2019, possibilitam diferentes constatações. Com expressiva perda de dinamismo, o mercado de trabalho brasileiro hoje é caracterizado por um aumento significativo da taxa de desocupação, desalento e subutilização da força de trabalho. Com esse excesso de mão de obra disponível, o setor informal da economia também se expande, sendo o responsável pela absorção dessa mão de obra excedente, mas atribuindo aos prestadores de serviços poucos benefícios e direitos. A desigualdade total, também é reforçada pela heterogeneidade do nível de escolaridade do país, de modo que os menos escolarizados são aqueles que encontram menos oportunidades de inserção, e quando encontram se realocam sem setores que pagam baixos salários e possuem uma instabilidade significativa.

Dessa forma, o que corrobora para um aumento progressivo da concentração de renda, é essa precária distribuição de salários, de modo que, passa a se apresentar como solução para a desigualdade, já o aumento do trabalho formal, contudo, não parece apresentar perspectivas de melhora na economia brasileira, incorrendo em um aumento progressivo da desigualdade salarial do país. Dessa forma, cada vez mais a distribuição dos salários no Brasil, evidencia uma assimetria que tende a favorecer aqueles indivíduos que já ganham mais do que os demais segmentos da sociedade, de modo que os 10% mais ricos tendem cada vez mais, a concentrar uma maiores rendas do que se comparado aos 40% mais pobres. Assim sendo, o alto nível de desigualdade do país é continuamente reforçado dado os setores de atividade que são responsáveis por gerar empregos para essa população que encontram cada vez menos oportunidades.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou evidenciar como as questões sociais estão intrinsecamente correlacionadas aos desdobramentos decorrentes do processo de globalização. Processo esse, fomentado sobretudo pela internacionalização da produção e o aumento significativo dos fluxos financeiros internacionais. O levantamento histórico do comportamento dos fluxos de IED para o Brasil, permitiu observar como esses fluxos foram responsáveis pelo reforço da inserção dependente da economia brasileira nas novas cadeias globais de valor. O que se pode observar é que a economia brasileira ao se inserir nos mercados internacionais, se insere substancialmente através das exportações de produtos advindos do agronegócio, dada a abundância relativa na região das principais *commodities* demandadas pelos mercados internacionais e sobretudo em etapas produtivas de menor valor agregado.

Como pôde ser observado, os Investimentos Estrangeiros Diretos possuem dinâmica própria, de modo que se orientam para aquelas economias e setores e ramos produtivos que são estratégicos para as grandes empresas e investidores institucionais. Conforme indicam os relatórios anuais da CEPAL, os fluxos de IED para a América Latina possuem tendências e características semelhantes. A maior parte desses investimentos dirigem-se para os setores primários ou primários processados como a indústria extrativa ou de transformação de baixo conteúdo tecnológico. Por conseguinte, entende-se que tais investimentos não fomentam a produção nacional de maior impacto sobre os empregos, tampouco de maiores salários. Entende-se que a desigualdade social nos países latino-americanos e em especial no Brasil, em parte se sustenta e se reproduz nos diferentes setores e ramos da economia que são privilegiados pelos IED no eixo das relações comerciais e de capitais sentido Norte-Sul.

O ponto positivo em relação a incidência dos IED no Brasil se deve principalmente ao fato de que sem sua absorção, o comércio brasileiro teria se deteriorado frente a concorrência significativa em que o Brasil se inseriu a partir de sua abertura comercial nos anos 90. De modo que, a transferência de propriedade das empresas tornou possível a manutenção da atuação brasileira em posição de destaque no comércio internacional. Além disso, houve melhora significativa na qualidade dos bens e serviços ofertados pelo país, fatores que contribuíram para a melhoria da competitividade do país. No entanto, os efeitos colaterais da incidência desses fluxos deve ser analisada, como o fato de que os IED se direcionaram para setores já concentrados na geração de empregos e a melhora na distribuição de renda é pouco

significativa, de modo que na esfera social os impactos da atuação dos IED são neutros e por vezes negativos.

A lógica da globalização e a tendência de fragmentação das cadeias produtivas, fez com que houvesse um barateamento dos trabalhos, os quais passam além de pagar menores rendimentos a serem mais instáveis, diminuindo cada vez mais a criação de postos de trabalhos formais. Dessa forma, é intrínseco a esse processo de internacionalização da produção, o aumento do setor informal, o qual passa a se apresentar enquanto alternativa ao debilitado setor formal. Nos países em desenvolvimento, os orçamentos governamentais já fragilizados possuem pouca influência na busca pela correção das disparidades geradas por esse processo, de modo que, os recursos dos países passam a se preocupar mais com a estabilidade econômica do país, e menos com questões de cunho social. Ao analisar o comportamento dos fluxos de IED tem-se que a concentração dos investimentos se dedicam substancialmente ao tipo de projetos *brownfields*.

Os IED além de determinarem a especialização da produção brasileira, também condicionam os possíveis tipos de trabalho a serem ofertados no país, de modo que, os fluxos de IED passam a influir diretamente nas oportunidades que os indivíduos encontram no mercado de trabalho. Desse modo, os fluxos de IED passam também, a ser reforçadores das estruturas do país. A mudança estrutural seria essencial para que mudanças significativas fossem promovidas na geração de emprego e na condição dependente do país, mas a mesma não ocorre devido ao privilégio dado pelos IED a setores já concentrados. Na economia brasileira o que se tem atualmente é o predomínio do setor de serviços, em comparação as demais atividades econômicas. O setor por sua vez condensa os segmentos que se relacionam ao atendimento direto ao consumidor final, sendo trabalhos de menor conhecimento técnico, caracterizados ainda por possuírem uma produtividade e salários comparativamente menores. Isto posto, o que se observa após a década de 90 é que a dependência do Brasil frente aos países centrais é reforçada pelas vias do aprofundamento da vulnerabilidade externa do país.

Vulnerabilidade essa notoriamente posta devido a posição subordinada da inserção do país frente aos fluxos internacionais de capitais. Essa subordinação é evidenciada nos processos tanto de atração de investimento curto-prazista devido principalmente ao seu caráter especulativo. Concomitante a esse processo, a expansão da lógica neoliberal reorienta o funcionamento do mercado de trabalho do país devido a expressiva desregulamentação das relações reforçando o aumento das desigualdades no Brasil. Evidenciando assim como os direitos fundamentais passam a representar um obstáculo claro ao projeto capitalista. Em

decorrência desse processo, as leis trabalhistas passam cada vez mais por um processo de flexibilização, dando abertura aos anseios do capital. O papel do Estado, com isso, é reformulado e sua atenção passa a se voltar para o atendimento dos anseios dos detentores de poder abrindo mão de seu papel alocativo e distributivo.

A importância do desenvolvimento dessa discussão, se deu para além do fato de evidenciar os efeitos colaterais que os IED geram sobre a esfera social, como também para demonstrar como o tema precisa ser mais explorado pela academia como para os técnicos e estudiosos responsáveis pelo desenvolvimento de políticas de proteção às camadas mais vulneráveis da sociedade. Os analistas que se debruçam sobre a temática da globalização não possuem uma posição consensual quanto a abrangência e o impacto desse fenômeno sobre os diferentes povos, e principalmente sobre os menos favorecidos, mas faz-se importante discutir os impactos e os desdobramentos da desigualdade no Brasil como no mundo, e sua estreita relação com as etapas cada vez mais aprimoradas do sistema capitalista.

Discutir a temática da desigualdade, faz com que surja a necessidade de desenvolvimento de debates frente às possíveis formas de superar determinadas condições degradantes que algumas camadas da sociedade são submetidas enquanto outras se deleitam das mais abundantes mordomias que o sistema capitalista pode proporcionar. Dessa forma, esta pesquisa ao trabalhar com o tema da globalização e consequente com a mundialização do capital e o aumento dos fluxos de IED em todo mundo, tem por objetivo não ignorar os efeitos colaterais observados, de modo a expor a necessidade dessas camadas mais impactadas de serem assistidas, seja por um governo mais interventor, seja por meio de criação de políticas sociais compensatórias. Assim sendo, a presente pesquisa não pretendeu desmerecer os benefícios potenciais que a atração de IED gera ao país, mas sim, evidenciar como esses fluxos reforçam os moldes da economia vigente, e que portanto, não cumprem qualquer função de transformação social.

REFERENCIAS

ACIOLY, L. Tendências dos Fluxos Globais de Investimento Direto Externo. Textos para Discussão 1192. Brasília, DF. IPEA – 2006

AMARAL, Marisa Silva. A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência. 2006. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

ANDRADE, Israel de Oliveira. FILHO, Edison Benedito da Silva. LEITE, Alixandro Werneck. Análise da regulação dos investimentos estrangeiros diretos no Brasil *In* A Política Comercial Brasileira em Análise, Capítulo: 10, Ipea, pp.325-356. Brasília, 2017

BACEN, Série histórica dos fluxos de investimento direto – distribuições por país ou por setor. Disponível em:

<<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fhtms%2FInfecon%2FSeriehistFluxoInvDir.asp>> Acessado em: 19/12/2019

BARBOSA, Rogério Jerônimo. Estagnação desigual: desemprego, desalento, informalidade e a distribuição da renda do trabalho no período recente (2012-2019). Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. IPEA. ANO 25. 2019

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. OS DETERMINANTES DA DESIGUALDADE NO BRASIL. TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 377. IPEA. Rio de Janeiro, 1995.

Câmara de Comércio Exterior (CAMEX). Boletim informativo sobre investimento. Volume 1. No 1.Novembro, 2018.

CENSO AGROPECUARIO. Resultados Definitivos. 2018. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acessado em: 05/11/2019

CEPAL. Mudança estrutural para a igualdade - Uma visão integrada do desenvolvimento. Síntese. 2012.

_____. O investimento estrangeiro direto na América Latina e Caribe 2012: documento informativo. Autor institucional: NU. CEPAL. 13 p. Editorial: CEPAL. Janeiro 2013

_____. O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e Caribe, informe 2013. Documento informativo. Autor institucional: NU. CEPAL. 14 p. Editorial: CEPAL. Maio 2014

_____. O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe 2016. Documento informativo. Autor institucional: NU. CEPAL. 13 p. Editorial: CEPAL. Junho 2016

_____. O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe 2018. Documento informativo. Autor institucional: NU. CEPAL. 14 p. Editorial: CEPAL. Julho 2018

_____. A ineficiência da desigualdade. TRIGÉSIMO SÉTIMO PERÍODO DE SESSÕES DA CEPAL. Havana. Maio 2018b. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43569/4/S1800303_pt.pdf
Acessado em: 10/11/2019

_____. O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe 2019. Resumo executivo. Autor institucional: NU. CEPAL. 14 p. Editorial: CEPAL. Agosto 2019
CHENAYS, F. A Mundialização do Capital. São Paulo: XAMÃ, 1996

CRUZ, Bruno Oliveira; SANTOS, Iury Roberto Soares. Dinâmica do emprego industrial no Brasil entre 1990 e 2009: uma visão Regional da desindustrialização. 1673 - Textos para discussão IPEA. Rio de Janeiro . 2011.

DUNNING, John H. PITELIS, Christos N., The Political Economy of Globalization – Revisiting Stephen Hymer 50 Years On. November 13, 2009. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1505450> . Acessado em: 01/11/2019

DUPAS, Gilberto. A lógica da economia global e a exclusão social. Estudos Avançados. vol.12 no.34. São Paulo. 1998

_____, Gilberto. Economia global e exclusão social. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). A importância da indústria de transformação no emprego. Departamento de Competitividade e Tecnologia. São Paulo. 2015

HYMER, S. The International Operations of National Firms: A Study of Foreign Direct Investment. MIT Press, Cambridge, MA, 1976.

IBGE. Agropecuária. Brasil em síntese. sd.
Disponível em: < <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/agropecuaria.html> > . Acessado em: 10/11/2019

IBGE. Brasil em síntese. Pessoal ocupado, por segmento de serviço. 2014. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/servicos/pessoal-ocupado-por-segmento-de-servico.html>
Acessado em: 09/11/2019

Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). Investimento estrangeiro no Brasil e no Mundo. Edição 945. Publicado em: 23/08/2019. Disponível em: https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_945.html. Acessado em: 07/11/2019

LACERDA, Antônio Corrêa de. **Globalização e investimento estrangeiro no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

LAMEIRAS, M. A. P. *et al.* **Mercado de Trabalho**. Carta de Conjuntura, v.42. Brasília: Ipea, 2019.

MDIC. Classificação dos Setores de Serviços. sd.A Disponível em: Acessado em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/217-negociacoes-internacionais-de-servicos/1942-ni-classificacao-dos-setores-de-servicos>
Acessado em: 09/11/2019

MOREIRA, Maurício Mesquita. Capital nacional na indústria: reestruturar para sobreviver. In: LACERDA, A. C. (Org). Desnacionalização: mitos, riscos e desafios. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

NASCIMENTO, Erica Patente Restrição externa, dependência estrutural de commodities primárias e o investimento direto externo no Brasil. 2011. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011

OCDE. Definición Marco de Inversión Extranjera Directa : Cuarta edición, Éditions OCDE. 2011

OIT, Organização Internacional do Trabalho, 2019. Disponível em: ilo.org/wesodata .
Acessado em: 19/12/2019

OIT, Organização Internacional do Trabalho, 2019b. Disponível em: <https://www.ilo.org/wesodata/definitions-and-metadata/> Acessado em:19/12/2019

PEREIRA, V. P.; CORREA, V. P. . Vulnerabilidade externa de países periféricos e o perfil da componente financeira do Balanço de Pagamento ? uma análise para o caso brasileiro entre 2000 e 2014. In: Anpec, 2015, Florianópolis. 43° Encontro Nacional de Economia, 2015.

PERFIL DA INDÚSTRIA BRASILEIRA.

Disponível em: <http://industriabrasileira.portaldaindustria.com.br/grafico/total/mercado-trabalho/#!/industria-total> Acessado em: 09/11/2019

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNAD Contínua (PNADC). Informações sobre o Mercado de Trabalho Brasileiro em curto prazo. 1º trimestre de 2019. Maio de 2019.

SANTOS, Maria João. Processos de globalização versus movimentos de concentração e reestruturação produtiva *in* Globalizações: Novos rumos no mundo do trabalho. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001

SILVA, Camila Monaro. FILHO, Naercio Menezes. KOMATSU, Bruno. Uma Abordagem sobre o Setor de Serviços na Economia Brasileira. Policy Paper | Nº 19. Centro de Políticas Públicas - INSPER. Agosto, 2016.

ULYSSEA, Gabriel. Texto para Discussão (TD) 1070: Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) 23 p. 2005. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1926> Acessado em: 02/11/2019

ZOCKUN, Maria Helena. Desnacionalização e vulnerabilidade externa. In: LACERDA, A. C. (Org). Desnacionalização: mitos, riscos e desafios. São Paulo: Editora Contexto, 2000.